

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

MERIDIANA GONTARECK

**A TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NA PRODUÇÃO DE
GRÃOS NO MUNICÍPIO DE PALOTINA-PR**

TOLEDO
2015

MERIDIANA GONTARECK

**A TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NA PRODUÇÃO DE
GRÃOS NO MUNICÍPIO DE PALOTINA-PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Carlos Alberto Piacenti.

TOLEDO
2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

G641t Gontareck, Meridiana
A terceirização de máquinas e equipamentos na produção
de grãos no município de Palotina - PR / Meridiana Gontareck
– Toledo, PR : [s. n.], 2015.
96 f. : il. (algumas color.), figs., grafos., tabs.,

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agricultura - Palotina - PR 2. Economia agrícola 3.
Economia institucional 4. Terceirização 5. Governança
corporativa 6. Máquinas agrícolas 7. Custos de transação I.
Piacenti, Carlos Alberto, orient. II. T

CDD 20. ed. 338.16

MERIDIANA GONTARECK

**A TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NA PRODUÇÃO DE
GRÃOS NO MUNICÍPIO DE PALOTINA-PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Rochadelli

Universidade Federal do Paraná – Setor Palotina

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo

Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Orientador

Toledo, 02 de Setembro de 2015.

À minha família, que sempre
me apoiou, e ao meu noivo
Thiago Pancotto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser meu pai amado e estar em todos os momentos comigo desde o início da caminhada no mestrado.

À minha mãe Lucia, que me deu a vida e sempre me estimulou a estudar.

Ao Sr. Ademar Pawlowski e Charlote Pawlowski, meus segundos pais, pelas palavras de apoio nas horas difíceis, pela confiança, incentivo, orações e pelo exemplo de vida.

Ao meu noivo Thiago, por todo seu amor, pelo companheirismo e compreensão.

À minha afilhada amada Vanessa Cantú, que sempre esteve disponível para me ajudar e por suas contribuições nessa dissertação.

À minha amiga querida Cassiane Basso, que me acompanhou e me ajudou em todas as entrevistas, pelo companheirismo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti, pela oportunidade de trabalharmos juntos nessa dissertação.

Aos agricultores que participaram dessa pesquisa e me receberam com muita cordialidade e carinho, pelo tempo dedicado e pelas informações fornecidas.

Aos professores Dr. Pery Francisco Assis Shikida, Prof^a Dr.^a Carla Maria Schmidt, Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior, Prof^a Dr.^a Ivanete Daga Cielo, pelos incentivos ao longo do mestrado e pelas sugestões durante a pesquisa.

Ao professor Roberto Rochadelli, por aceitar o convite para ser banca.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), pelo conhecimento que me foi passado e por contribuírem para o meu avanço como pesquisadora.

Aos colegas de classe da 11^a turma do mestrado, em especial aos amigos: Sabrina, pelos congressos e viagens, Keila, Daiane, Flavia e Luiz, pelo companheirismo e pelos bons momentos compartilhados.

À Clarice e ao João, da secretaria do PGDRA, pelo carinho e paciência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade como bolsista e o apoio financeiro.

“O Senhor é meu Pastor
e nada me faltará”.

Salmo 23

GONTARECK, Meridiana. A terceirização de máquinas e equipamentos na produção de grãos no município de Palotina-PR. 95 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2015.

RESUMO

A terceirização dos serviços no processo agrícola vem sendo principalmente nas cadeias de *commodities*, a opção dos produtores que buscam obter serviços qualificados atendendo-se também a redução de custos. Diante disso, a proposta da presente dissertação visa investigar essa movimentação na agricultura de grãos, especificamente nas culturas de soja, trigo e milho.

Para comprovação das hipóteses da pesquisa, foi realizado então um estudo de caso nas comunidades rurais de Alto Alegre, Dois Irmãos e Vila Paraíso da cidade de Palotina-Pr. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas *in loco*. A pesquisa foi elaborada com dados quantitativos e qualitativos e posteriormente, para verificar relevância, os dados encontrados foram transformados em gráficos. A revisão teórica buscou encontrar fatores que influenciam a escolha das estruturas de governança nesse processo, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), as características das transações, dos agentes e dos ambientes organizacional e institucional em que estão inseridas, com intuito de encontrar as ações coletivas presentes, sendo que o agronegócio brasileiro tem sido marcado pela presença cada vez maior de parcerias entre indivíduos e organizações. Os resultados mostraram que as hipótese da pesquisa se comprovaram e são eles: a falta de recursos financeiros, o tamanho da propriedade e a redução de custos que influenciam na hora da escolha por imobilizar maquinários ou terceirizar totalmente ou algumas etapas do processo. Propôs-se então nessa pesquisa, mensurar os índices de terceirização visando apresentar o seu real cenário, de modo a apontar as potencialidades desta nova estrutura de governança presente na agricultura de grãos.

Palavras-chave: Terceirização. Estruturas de Governança. Custos de Transação. Ações coletivas.

ABSTRACT GONTARECK, Meridiana. Outsourcing of machinery and equipment in grain production in Palotina – PR. 95 p. – Dissertation. (Regional Development and Agribusiness Master's Program) – State University of Western Paraná, Toledo, 2015.

ABSTRACT

The outsourcing of services in the agricultural process has been, especially in commodity chains, the choice of producers who seek skilled services and are also considering cost reduction. Therefore, the proposal of this dissertation aimed to investigate this movement of grain farming, specifically in soybean, wheat and corn. To prove the hypotheses of this study, it was performed a case study in rural communities of Alto Alegre, Dois Irmãos and Vila Paraíso, located in the city of Palotina. The research was based on quantitative and qualitative approaches and it aimed to analyze the occurrence of this phenomenon in the area surveyed. Data collection was performed using *in loco* interviews. The literature review sought to find factors that influences the choice of governance structures in the outsourcing process, from the perspective of New Institutional Economics (NIE), the characteristics of transactions, agents and the organizational and institutional environments in which they operate, aiming to identify collective actions present in the process, considering that Brazilian agribusiness has been marked by increasingly presence of partnerships between individuals and organizations. The results showed that hypothesis of the research, which were: the lack of financial resources, the size of the property and the cost reduction that influence the moment of choosing whether to immobilize machinery or outsource, entirely or some stages of the process; have been proved. Then, it was proposed for this search, to measure the outsourcing rates in order to present your real scenario, in order to point out the potential of this new governance structure present in grain farming.

Key words: Outsourcing. Governance Structures. Transaction costs. Class actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre Custos de Transação e Estrutura de Governança.....	28
Figura 2 - Mapa de localização do Município de Palotina ano de 2013	39
Figura 3 - Desenvolvimento econômico de Palotina Fonte: IBGE, 2014 em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.	40
Figura 4 - Mapa de localização das áreas pesquisadas.....	42
Figura 5 - Mapa de destacamento propriedades pesquisadas	43
Figura 6 - Implementos agrícolas John Deere	80
Figura 7 - Implementos agrícolas New Holland.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Localização dos entrevistados.....	42
Gráfico 2 - Sexo dos entrevistados	47
Gráfico 3 - Idade dos entrevistados	47
Gráfico 4 - Escolaridade dos entrevistados	49
Gráfico 5 - Estado civil dos entrevistados	49
Gráfico 6 - É proprietário da área	51
Gráfico 7 - Qual o tempo de posse a área	51
Gráfico 8 - Qual o tamanho das propriedades em alqueires.....	52
Gráfico 9 - Possui propriedades em outra localização	53
Gráfico 10 - Qual o tamanho das propriedades externas à região pesquisada.....	53
Gráfico 11 - Número de pessoas que trabalham na propriedade.....	54
Gráfico 12 - Quais são as pessoas que trabalham na propriedade.....	54
Gráfico 13 - Diversificação de culturas	56
Gráfico 14 - Média de produção de soja.....	56
Gráfico 15 - Média de produção de milho.....	57
Gráfico 16 - Média de produção de trigo.....	57
Gráfico 17 - Quantidade de maquinários próprios versus terceirizados.....	62
Gráfico 18 - Caracterização de maquinários próprios	64
Gráfico 19 - Representatividade da terceirização.....	65
Gráfico 20 - Classificação de maquinários terceirizados	66
Gráfico 21 - Caracterização de prestadores de serviço.....	68
Gráfico 22 - Existência de contratos formais	69
Gráfico 23 - Opinião sobre a vantagem da terceirização.....	71
Gráfico 24 - Índice de terceirização de maquinários próprios.....	71
Gráfico 25 - Maquinários terceirizados por produtores proprietários	72
Gráfico 26 - Diversificação de renda.....	74
Gráfico 27 - Diversificação de atividades	75
Gráfico 28 - Existência de filho homem na família.....	75
Gráfico 29 - Avaliação de continuidade da propriedade.....	76
Gráfico 30 - Disparidade de renda entre as propriedades.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação da localização dos produtores da pesquisa.....	41
Tabela 2 - Composição do grupos de perguntas.....	44
Tabela 3 - Perfil dos entrevistados – Perguntas de 1 a 4.....	46
Tabela 4 - Caracterização da área pesquisada – Perguntas de 5 à 12.....	50
Tabela 5 - Média de produção da última safra.....	55
Tabela 6 - Cotação do preço commodities 06-07-2015 (R\$).....	58
Tabela 7 - Média de Produção x Custo Milho.....	59
Tabela 8 - Média de Produção x Custo Soja.....	60
Tabela 9 - Média de Produção x Custo Trigo.....	61
Tabela 10 - Perguntas de 15 a 20 – Caracterização dos maquinários.....	63
Tabela 11 - Ano de fabricação dos maquinários.....	67
Tabela 12 - Fatores da terceirização – Perguntas de 21 à 23.....	70
Tabela 13 - Renda extra e perpetuação da propriedade - Perguntas de 24 a 27.....	73
Tabela 14 – Calculo do lucro líquido e renda das culturas de soja, trigo e milho.....	77
Tabela 15 - Valores dos implementos da John Deere e New Holland.....	79
Tabela 16 - Valor total dos maquinários para compra à vista John Deere (R\$).....	79
Tabela 17 - Total de Juros John Deere (R\$).....	80
Tabela 18 - Valor anual à pagar maquinários John Deere (R\$).....	81
Tabela 19 - Valor total dos maquinários para compra à vista New Holland (R\$).....	81
Tabela 20 - Total de Juros New Holland (R\$).....	82
Tabela 21 - Valor anual a pagar maquinários New Holland (R\$).....	83

LISTA DE SIGLAS

CAD-PRO – Cadastro dos Produtores Rurais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná

ECT – Economia dos Custos de Transação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEI – Nova Economia Institucional

PR – Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	15
1.2 QUESTÕES DA PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	18
1.4 JUSTIFICATIVA	18
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2. REVISÃO TEÓRICA	22
2.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	22
2.1.1 A teoria dos Custos de Transação- ECT.....	25
2.1.2 Estruturas de Governança	27
2.1.3 Ações Coletivas	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	36
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA	38
3.2.1 Caracterização da região de estudo	38
3.2.2 A população do estudo	39
3.3 COLETA DE DADOS	44
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	45
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE	93

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A agricultura mundial passou por uma série de transformações a partir da segunda guerra mundial, proporcionando uma modernização de máquinas, insumos e técnicas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. Esse período foi marcado pela globalização econômica e pela constituição de grandes empresas, agroindústrias e varejistas (NUNES,2007).

Como a fase da modernização da agricultura não ocorreu de forma isolada, no Brasil, essa etapa da evolução da agricultura também foi baseada nas transformações tecnológicas de insumos, máquinas e equipamentos, tendo como ponto de partida a Revolução Verde (SEPULCRI e PAULA, 2008).

Essa modernização se diferencia do processo de industrialização por três questões básicas, quais sejam: a mudança nas relações de trabalho, a mecanização agrícola e a mudança qualitativa do processo de modernização da agricultura, com o desenvolvimento dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura (SEPULCRI e PAULA, 2008).

Os estudos de Nunes (2007) estão em concordância com Sepulcri e Paula, ao mencionar que a agricultura é dependente do que acontece na economia mundial como um todo e que as principais transformações ocorridas tiveram início sim com a Revolução Verde, que permitiu o aumento da oferta per capita mundial de alimentos, ao mesmo tempo em que a população mundial crescia, a população rural decrescia e a área agrícola reduzia 1,91% entre 1975 e 2005.

Segundo Neto (1985), em se tratando da mecanização do processo agrícola, muitos obstáculos são encontrados dadas as diferenças relativas às características intrínsecas da agricultura vis-à-vis a indústria. Na indústria, existem grandes possibilidades de se exercer um maior controle sobre todo o processo produtivo, aplicando todas as técnicas administrativas para controlar o ritmo de trabalho, a sequência e a sincronização das operações e as perdas de material.

Esse fato não ocorre na agricultura, estas possibilidades são neutralizadas por vários motivos, que vão desde as dificuldades de controlar as tarefas de cada trabalhador até o baixo grau de utilização da maquinaria imposto pelas características dos ciclos produtivos de cada

cultura. Ainda existe o obstáculo de ordem econômica, tendo em vista que as máquinas são utilizadas em um determinado período do ano na agricultura, seja no plantio ou na colheita.

Segundo o autor, em outras palavras, a exploração da agricultura por meio de máquinas encontra obstáculos de ordem técnica. Já na indústria, o local de trabalho é criado artificialmente e pode, portanto, ser adaptado às exigências das máquinas, o que não é permitido na agricultura, pois é a máquina que tem de se adaptar aos locais criados pela natureza.

Outro fator relevante a ser considerado é o caso da mão-de-obra despreparada para manusear esses equipamentos de alta tecnologia. Para Neto (1985), o operador deve ser treinado e instruído tecnicamente para lidar com tratores, implementos e outras máquinas agrícolas.

Como no Brasil ocorreu um rápido processo de mecanização da agricultura nos últimos 20 anos, constata-se um gargalo no que se refere ao processo de difusão do progresso técnico no meio rural, o baixo nível de escolarização associado às precárias condições de infraestrutura básica em outras áreas, além da rede de ensino, saúde, habitação, transporte e energia elétrica, constituem-se em um dos mais intrincados pontos de estrangulamento da modernização agrícola no Brasil das últimas duas décadas (NETO, 1985).

Sabe-se, contudo, que o processo de transição de uma agricultura pouco mecanizada para uma com alto nível de tecnificação nos moldes industriais requer uma população preparada para assimilar os novos conhecimentos. Porém, o que foi verificado é uma grande lacuna entre os índices de alfabetização do campo em relação às cidades brasileiras, o que pode dificultar e retardar o processo de utilização desses implementos.

Staduto, Shikida e Bacha (2004) também observam que a introdução de inovações agrícolas mediante uso intensivo de máquinas, implementos e insumos mais modernos alterou substancialmente as condições de demanda da mão de obra agrícola, levando a novos ajustes nas estratégias de competição das empresas agropecuárias.

Neste cenário de profundas mudanças, nasce a ideia da terceirização de serviços, definida por Viana e Legnaro (2008) citado por Novais e Romero (2009, p. 135), como "um processo planejado de repassar a terceiros a realização de determinada atividade que é de sua obrigação".

Sob esse aspecto, é digno a menção do posicionamento de Pagnoncelli (1993), citado por Novais e Romero (2009), que defende que os motivos para terceirizar devem estar alicerçados na desburocratização, agilidade, redução de custos, dentre outros.

Para Staduto, Shikida e Bacha (2004), a partir de 1965, o trabalho especializa-se, a mão-de-obra empregada não é a mesma em todas as etapas do processo de produção, desde o plantio até a colheita, surgem turmas de trabalhadores que plantam e não são, necessariamente, as mesmas que fazem os tratos culturais e a colheita. Nesse contexto, o trabalho temporário aumenta na agricultura.

A redução de custo é, sem dúvida, o objetivo principal quando se fala em terceirização. Ainda, segundo o autor, a terceirização proporciona um ganho que nem sempre é pelo custo mais baixo, mas por sua agilidade, seu comprometimento e pela desburocratização proporcionada.

Cumprir observar, preliminarmente, que no Brasil, a terceirização iniciou nos anos 1980, mas só ganhou força com a implantação do Plano Real em 1994. Inicialmente, os serviços terceirizados eram basicamente de limpeza e de segurança, entretanto, com a abertura do mercado e a concorrência com produtos estrangeiros, as empresas precisaram tornar-se mais competitivas.

Todavia, como a terceirização não foi uma estratégia de longo prazo, seu foco foi somente o de reduzir custo da mão de obra, então a terceirização na década passada ficou conhecida como uma simples prestadora de mão de obra de baixa qualidade ou de baixa capacitação (LEGNARO, 2008).

Para o autor, apesar dos reflexos negativos da última década, a contratação de serviços terceirizados tem aumentado na agricultura, principalmente, nas grandes culturas, como cana-de-açúcar e grãos. Constata-se grande demanda por equipamentos sofisticados e mão de obra de alta qualificação para serviços como colheita mecanizada, pulverização aérea, agricultura de precisão, máquinas de poda, entre outros.

Esse fenômeno que interessa analisar e discutir nesta pesquisa diz respeito, então, à terceirização integral ou parcial que vem ocorrendo no meio rural, fato de reconhecimento mundial. Tal processo tem sido reportado na literatura internacional por termos denominados como: "*contoterzismoagrícola*", "*contratismo*", "serviços contratados", para especificar os movimentos de desativação ou externalização de tarefas e funções, que previamente integravam a estrutura organizacional das unidades de produção agrícolas (LAURENTI, 2008).

Esta pesquisa teve o intuito de discutir sobre o dilema que muitos agricultores tem passado nas últimas décadas: comprar e imobilizar maquinários agrícolas para atuar na produção de grãos ou terceirizar partes ou integralmente o processo de adubação, plantio,

pulverização e colheita, a quem detém máquinas e desejam realizar a prestação de serviços a outrem.

O objetivo deste estudo, contudo, não se limitou a sentenciar se o processo é correto ou não, seu papel é mostrar e analisar o fato que vem ocorrendo no meio rural, no sentido de auxiliar os produtores na tomada de decisões.

1.2 QUESTÕES DA PESQUISA

O questionamento que essa pesquisa assume responder é: quais são os fatores envolvidos nesta tomada de decisão em terceirizar?

- a) A falta de recursos financeiros?
- b) O tamanho da propriedade?
- c) A maior redução de custos?

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar o movimento da terceirização e quais são as reais motivações que levam os produtores de grãos da cidade de Palotina, Estado do Paraná, a terceirizarem parcialmente ou totalmente seu processo produtivo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) verificar o uso de maquinários terceirizados para cultivo de grãos, situando-se nas culturas de milho, soja e trigo;
- b) identificar, por meio de cálculo, o lucro anual por safra, através da produção de grãos, conforme o tamanho da propriedade;
- c) analisar qual é a governança presente nas transações de terceirização?

1.4 JUSTIFICATIVA

Produzir com recursos de imobilizado e mão de obra própria ou terceirizar? Esse questionamento tem levado os produtores rurais a optarem pela decisão de terceirizar alguma

ou várias etapas que compõem o processo produtivo, que são: adubação, plantio, pulverização e colheita.

Novais e Romero (2009) citam vários fatores que levam o produtor rural a terceirizar os serviços de sua propriedade, mas o principal é a obtenção de uma margem de lucro maior.

A terceirização ainda permite descentralizar parcela importante dos riscos de produção e de distribuição de bens e serviços. Em muitos casos, não é interessante economicamente para o produtor rural manter um parque de máquinas superdimensionado e caro, que será utilizado de forma sazonal e em épocas pontuais. Além disso, o parque de máquinas imobiliza capital financeiro e recursos humanos, que implicam em alto custo (LEGNARO, 2008).

Outro fator peculiar relevante, apresentado por Novais e Romero (2009), é a possibilidade de furtos de maquinários agrícolas, visto que existem quadrilhas especializadas nesse tipo de crime. Esse é outro aspecto positivo presente na terceirização, que restringe a ocorrência desses fatos que representam um importante dividendo monetário e psicológico para o produtor.

Segundo Laurenti (2008), desde 1985 já existia um contingente composto por 993.869 de estabelecimentos rurais, cujos proprietários declararam, no recenseamento agropecuário, a utilização de terceirização em seu processo produtivo. Essa resposta representou aproximadamente 42% do total de estabelecimentos, nos quais não se empregou apenas força humana de terceiros na execução dos trabalhos agrários naquele ano.

Para o autor, o principal fator que direciona a contratação desses serviços pelos produtores rurais é a redução do investimento em maquinário e mão de obra qualificada. E é, portanto, uma ferramenta a ser considerada na gestão da propriedade agrícola como potencial para aumentar sua competitividade.

Deve-se mencionar que a partir de 1994, com a estabilização monetária do Plano Real, o modelo agrícola brasileiro passou por uma radical mudança, o Estado diminuiu sua participação e o mercado passou a financiar a agricultura.

Para Rezende (2003), as políticas fiscais e monetárias contracionistas afetaram a agricultura não apenas pelo impacto recessivo, mas também pela reforma no crédito rural, um dos principais instrumentos de modernização da agricultura.

Para Barbosa (2008), a retirada gradativa do sistema público e a desregulamentação das funções de crédito, garantia de preços, pesquisa, assistência técnica vai reorganizando as

cadeias de produção, criando novos arranjos entre o setor produtivo e os mecanismos de regulação estabelecidos pelo mercado.

Por outro lado, o maior envolvimento da iniciativa privada trouxe alívio às contas públicas, uma vez que boa parte do financiamento utilizado pela agricultura empresarial vem sendo ofertada pelo setor privado.

Com a redução do Estado em políticas agrícolas de incentivo, o agricultor, com poucos recursos financeiros para adquirir implementos agrícolas de alta tecnologia e competitivos no mercado, passou a buscar em terceiros que dispunham de tal capital imobilizado para continuarem no campo.

Nesse contexto de possibilidade de aumento de lucro, diminuição dos riscos de produção, a possibilidade de furtos, e a diminuição do crédito rural oferecido pelo Estado, justifica a busca pela terceirização.

Legnaro (2008) evidencia essa busca principalmente pelos produtores de grãos, que têm procurado novas formas conjuntas de conduzir sua produção, por meio da terceirização.

A decisão do produtor é o que motiva este estudo, descobrir quais são as razões que o levaram a decidir por tal ou qual opção.

A ideia central é observar se essas decisões são de natureza lógica ou simples deduções do dia a dia e se esses produtores tem algum conhecimento específico que os levaram a calcular a viabilidade econômica de sua decisão ou o simples fato de uma observação holística sobre os ganhos e os custos deste processo de produção os levaram a optar por esta ou aquela opção.

Para isso, desenvolveu-se um estudo de caso com os produtores rurais da cidade de Palotina, localizada no Estado do Paraná. Embora o mais importante seja o processo a ser analisado do que o local de análise, a escolha do local deu-se por este município ser considerado um dos maiores produtoras de soja do Estado do Paraná.

Conforme destacam Berno, Gregory e Deitos (2014), o município de Palotina se desenvolveu tornando-se uma potência na produção agrícola, a ponto de ser considerado na década de 1980, como a capital nacional da soja, não apenas pela fertilidade de seu solo, mas também ao uso do trator agrícola que permitiu a quase totalidade de sua área de terras agricultáveis passasse a ser cultivada.

Atualmente, a cidade ainda continua com uma grande produção de grãos e conta com uma gama de produtores rurais que, em sua maioria, cultivam soja, milho e trigo, formado por diferentes classes de pequenos, médios e grandes produtores.

Outro fator que contribuiu para a escolha do cenário da pesquisa foi o fato da pesquisadora ter nascido e ainda residir no local, o que proporciona maior facilidade em estabelecer contatos, ser recebida pelos produtores e assim oferecer maior confiabilidade no estudo.

Objetiva-se, então, nesta pesquisa, analisar as motivações imbuídas que levam os produtores rurais de grãos na decisão em terceirizar totalmente ou etapas do processo, especificamente na comunidade rural da cidade de Palotina-PR, visto que este fato é evidente não somente nesta comunidade, mas que este movimento já vem ocorrendo no meio rural há algum tempo.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A organização deste trabalho se estabelece, além da introdução, em mais quatro capítulos que corroboram com o sentido da pesquisa. No capítulo 2, foi realizada uma revisão da literatura sobre a Nova Economia Institucional, com enfoque nas teorias de custo de transação e ações coletivas e, na sequência, um breve estudo sobre a evolução das máquinas agrícolas. O capítulo 3 é composto pelos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No capítulo 4, são apresentados os resultados e a discussão desta pesquisa. As conclusões finais do estudo são expostas no capítulo 5 e as referências utilizadas ao longo do texto bem como os apêndices são apresentados ao final do trabalho.

2. REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados temas que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa, que auxiliarão na análise e compreensão do objeto de estudo. Para tanto, nas próximas seções serão abordados, como aprofundamento teórico, a Nova Economia Institucional com enfoque nas suas teorias sobre os custos de transação, estrutura de governança e ações coletivas. Logo após estas noções sobre a NEI, far-se-á um breve estudo sobre a evolução das máquinas agrícolas para entendimento sobre as mudanças tecnológicas que ocorreram no setor.

2.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI) ocorreu a partir da segunda metade do século XX, iniciada com Ronald H. Coase, que nos anos 30 que definiu a firma como sendo algo a mais do que ter somente uma função de produção.

As primeiras contribuições se deram com a publicação do livro *The Nature of the Firm de Coase* em 1937, mas a teoria foi aprimorada por Williamson em vários trabalhos posteriores nos anos de 1975, 1979, 1981, 1985, 1991, 1993, 1996, 2000, 2002, 2005 (BREITENBACH; SILVA, 2009).

Coase centrou sua análise em duas formas de coordenação: mercado e firma, e que elas concorrem na medida em que possuem a função comum de coordenar a atividade econômica, mas, no entanto, coexistem. Para o autor, os custos que não são de natureza de custos de produção recebem a definição como custos de transação, mas seriam de duas naturezas: custos de descobrir os preços vigentes no mercado (custos de coleta de informações) e custos de negociação e estabelecimento de um contrato (FARINA, AZEVEDO E SAES, 1997).

Segundo Farina, Azevedo e Saes (1997), a teoria foi constituída a partir de duas ciências complementares, a sociologia econômica e a teoria econômica, e se apresenta como uma perspectiva teórica contemporânea em análise organizacional, buscando responder a seguinte questão: “por que as organizações existem?”, tendo como objetivo identificar qual a melhor forma de organização das transações econômicas, cuja configuração altera as condições iniciais para a alocação de recursos.

Para Azevedo (2006), as transformações nas interações entre os fatores econômicos, em especial a partir da segunda metade do século XX, foram o principal indutor das

mudanças no modo de se analisar as firmas e as relações contratuais, provocando rupturas nos principais campos do conhecimento pertinentes ao tema: a economia e o direito.

Segundo Zylbersztajn (1995), outros diversos autores no percurso evolutivo da ciência econômica, consideraram relevantes as instituições nos seus modelos explicativos no funcionamento da economia, como T. Veblen, J. Commons, J.K. Galbraith e W. Hurst. Eles entenderam que o funcionamento do sistema econômico e em especial a organização das corporações não é neutro com respeito ao ambiente institucional.

Corroborando esta ideia, Farina, Azevedo e Saes (1997) salientam que algumas linhas de pensamento de Coase que não puderam ser comprovadas na época, foram aprimoradas por outros autores para que a Nova Economia Institucional (NEI), pudesse se firmar como um paradigma, sendo:

- a) Frank Knight (1921), projetou-se por distinguir risco de incerteza e também pela contribuição aos estudos de Coase, afirmando que o principal motivo para se entender às organizações econômicas seria o propósito de redução do desperdício;
- b) John Commons (1924), teve o principal mérito na sugestão de se tomar a transação como a unidade de análise, e também definida em três princípios básicos de conflito, mutualidade e ordem;
- c) Chester Barnard e Friedrich Hayek (1938), introduzem de modo e com objetivos bastantes diferentes a adaptação às mudanças no ambiente econômico. Hayek confronta o sistema descentralizado, como a economia de mercado, com um sistema de planejamento central. Barnard utilizou-se da adaptação, investigando esse processo internamente nas organizações.

Para Santos (2007), a teoria não ortodoxa explicava o mercado a partir do mecanismo de preços no qual a firma era uma coleção de transformações tecnológicas função produção-*input* processamento-*output*, concluindo que a empresa, além de transformar insumos em produtos, coordenava as ações dos agentes econômicos.

Assim, tanto a firma como o mercado concorriam entre si na função de coordenar as atividades econômicas. O exercício dessa função implicava num custo proveniente da coleta de informações, da elaboração, da redação, da negociação e do estabelecimento de um contrato que representasse as transações.

A Nova Economia Institucional significa, então, considerar a firma como um conjunto complexo de contratos provenientes de inúmeras transações, que geram custos para o seu funcionamento. Logo, o objetivo principal da NEI é estudar os custos de transação, uma

vez que os mesmos darão origem a modos alternativos de organização da produção, que alteram a eficiência do sistema econômico e que assume distintas formas de estruturas de governança, através do arcabouço analítico institucional (FARINA, AZEVEDO E SAES, 1997).

Anteriormente a esta ideia da Nova Economia Institucional, as instituições e os arranjos sociais eram considerados como resultado casual de forças políticas, sociais, históricas ou legais. Reconhecer que o ato de produzir se desdobra em compras e em vendas que acarretam ônus significa considerar a existência dos custos de transação que não podem ser negligenciados em prol dos custos de produção (SANTOS, 2007).

Para a autora, a Nova Economia Institucional ampliou o campo da análise da ciência econômica, ao considerar a estrutura organizacional, a forma de governança das transações, o ambiente institucional, a organização industrial, a economia do trabalho, a política de qualidade, a política de preços mínimos, os direitos de propriedade e a assimetria de informações entre outros temas.

Azevedo (2006) afirma que o avanço na teoria econômica representado por essa nova linha de pesquisa possibilitou a compreensão de diversas práticas empresariais, revelando ganhos de eficiência antes não identificados.

Em suma, a Nova Economia Institucional (NEI), para Santos (2007), significa considerar a firma como um conjunto complexo de contratos provenientes de inúmeras transações que geram custos para o seu funcionamento. Para ela, o objetivo principal da NEI é estudar os custos de transação, uma vez que os mesmos darão origem a modos alternativos de organização da produção que alteram a eficiência do sistema econômico e que assume distintas formas de estruturas de governança, através do arcabouço analítico institucional.

A NEI volta-se ao estudo das relações entre instituições e eficiência, a partir de duas vertentes: o ambiente institucional e as instituições de governança. O objetivo dessa divisão é facilitar o estudo, entretanto tais correntes são complementares e harmônicas entre si. Analisam-se, assim, temáticas comuns, como os custos de transação, as instituições, as organizações e os contratos, a partir de diferentes prismas (SANTOS, 2007).

A partir desta breve explicação sobre a NEI, os dois próximos subtítulos apresentam maior enfoque nas teorias que se encaixam quando se aborda a terceirização como forma de reduzir custos, a teoria dos custos de transação-ECT e quando se aborda a forma de tipo de governança a ser seguida utiliza-se a teoria da estrutura de governança, que no caso do estudo em questão são as ações coletivas.

Neste sentido, o projeto de pesquisa em questão observa a relevância desta teoria na busca de respostas científicas para o questionamento “Produzir com recursos próprios ou terceirizar?”, “qual é avaliação dos produtores que constata a necessidade de diminuir os seus custos de transação e assim buscam formas alternativas de estruturas de governança?”.

2.1.1 A teoria dos Custos de Transação- ECT

A teoria econômica antiga tratava apenas custos de produção, mesmo não reconhecendo a existência dos custos de transação existentes na realidade das organizações. Desta forma, Coase (1937) contribuiu para o fortalecimento dos custos de transação, que a partir de então, deixam de ser desprezíveis e passam a ser importantes nas decisões dos agentes econômicos, sendo fundamental para eficiência do sistema, o qual constitui o objeto da ECT.

A ECT analisa o mundo contratual a partir de dois pressupostos comportamentais: a racionalidade limitada e o oportunismo, sendo seus agentes limitados os contratos são necessariamente incompletos. Para Williamson (1996), considerar ausência de oportunismo e a racionalidade plena dos agentes, confere um caráter de utopia para análise das relações econômicas.

Pela ECT, os custos de transação são reduzidos na medida em que ocorre um alinhamento entre as estruturas de governança, atributos de transação especificidade de ativos, frequência e incerteza e pressupostos comportamentais que são racionalidade limitada e oportunismo (WILLIAMSON, 1985).

Para Zylbersztajn (1995), o objetivo fundamental da Nova Economia Institucional, na qual está inserida a teoria da (ECT), é o de estudar o custo das transações como o indutor dos modos alternativos de organização da produção/governança, dentro de um arcabouço analítico institucional. Para ele, a unidade de análise fundamental passa a ser a transação, operação em que são negociados direitos de propriedade e o objetivo descrito acima pode ser revisto como de analisar sistematicamente as relações entre a estrutura dos direitos de propriedade e instituições.

A cooperação sob a lógica desenvolvida pela ECT envolve, necessariamente, uma relação de dependência bilateral entre os agentes. Essa dependência, por sua vez, deriva da existência de investimentos em ativos específicos que promovem o comprometimento entre as partes.

Ainda para Zylbersztajn (1995), dois pressupostos comportamentais são fundamentais para a compreensão da ECT: racionalidade limitada e oportunismo. A racionalidade limitada é um pressuposto que está em consonância com o comportamento otimizador, ou seja, o agente econômico deseja otimizar, entretanto, não consegue satisfazer tal desejo.

A frequência das transações é também uma variável relevante para a promoção da cooperação à medida que da sua recorrência decorre o desenvolvimento da reputação. Em suma custos de transação envolvem: negociar, redigir e garantir o cumprimento do contrato. Abaixo serão listados os principais fatores que determinam os custos de transação em resumo:

- a) racionalidade limitada: capacidade humana racional e limitada em processar e transmitir informações ocasionando a não previsão de todas as circunstâncias futuras.
- b) complexidade: em ambientes mais complexos, se torna mais difícil e custosa especificar cada circunstância.
- c) incerteza: quando não se conhece todos os possíveis riscos, devido à assimetria informacional envolvida na transação.
- d) oportunismo: manipulação por meio da assimetria da informação, visando a apropriação de fluxos de lucro. O oportunismo pode ser *ex-ante* ou *ex-post*.
- e) especificidade de ativos: transação decorrente de número limitado de agentes habilitados, sendo que a especificidade de ativos transacionados reduz produtores ofertantes e demandantes.

Para Menita (2011), um dos posicionamentos estratégicos mais comuns em mercados de grande competição é a liderança em custos; uma das áreas mais importantes na formação do custo do produto nas empresas é a área de compras; e uma ação fundamental para redução de custos é a gestão com visão estratégica das transações para aquisição dos principais insumos utilizados no processo produtivo.

Ao analisar esta nova forma de distinguir as transações como custos, e concordando com a visão de Staduto e Alves (1999), verifica-se que o colapso referente ao período de 1986/1987 do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, sustentado em grande parte pelo Banco do Brasil, sistema este que financiava praticamente toda a atividade agrícola do país, obrigou muitos produtores a buscarem outras formas de se manter no campo, uma das formas encontradas foram a redução dos custos.

Assim, os mesmos autores confirmam que diante desta tendência do Estado em se afastar da função de subsidiar recursos, é esperado que os produtores busquem no mercado uma nova forma de se manterem no campo. Neste sentido, o que se pretende com o projeto é

investigar se a terceirização dos trabalhos no campo foi eficaz, no sentido de reduzir custos diretos de transação; qual a viabilidade encontrada; e qual a governança utilizada.

Visto o apresentado até então, nesta pesquisa, a redução de custos entra como ferramenta para preservar no campo os pequenos e médios agricultores e a terceirização dos serviços, de acordo com o autor, seria uma forma de alinhamento com a estrutura de governança, a qual será explicada no próximo capítulo.

2.1.2 Estruturas de Governança

A partir da década de 1990, diversos estudos apresentaram formas alternativas de organização. No mundo real, passaram a ser observados arranjos institucionais que integravam um misto de transações realizadas via mercado, em conjunto com transações integradas verticalmente e, ainda, um universo de contratos com desenhos e formatos distintos (MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005).

Destacam-se como principais tipos de estruturas de governança, o que envolve o mercado a hierárquica e uma forma híbrida entre as transações contratuais, que de acordo com Williamson (1985), são definidas da seguinte forma:

- a) o mercado é um tipo de estrutura de governança em que os incentivos possuem fortes potenciais e o ajuste se concretiza por meio dos preços; tendo pouca necessidade de controles administrativos e os contratos são cumpridos sem riscos de comportamento oportunista.
- b) outro tipo é a estrutura híbrida em que os incentivos são médios, visto que existem falhas de mercado que impossibilitam ajustes autônomos por meio de preço. Neste caso, é necessária a coordenação dos indivíduos dentro de sistemas de incentivos e contratos que manipulam o comportamento oportunista, tendo como finalidade reduzir os custos de transação em ambiente de informação assimétrica.

Williamson (1991) abordava a nomenclatura de formas híbridas de governança, dizendo que a ECT era criticada exatamente por lidar somente com mecanismos extremos de organização, o mercado e a hierarquia, negligenciando as estruturas intermediárias.

Para Ménard (2004), as formas intermediárias de governança podem ser denominadas de várias formas além dos termos “híbrido”, “complexo” e “rede” podem ser encontradas outras nomenclaturas, como: franquias, marcas coletivas, parcerias, cooperativas, alianças, *clusters*, arranjos, sistemas de cadeia de suprimento, entre outros.

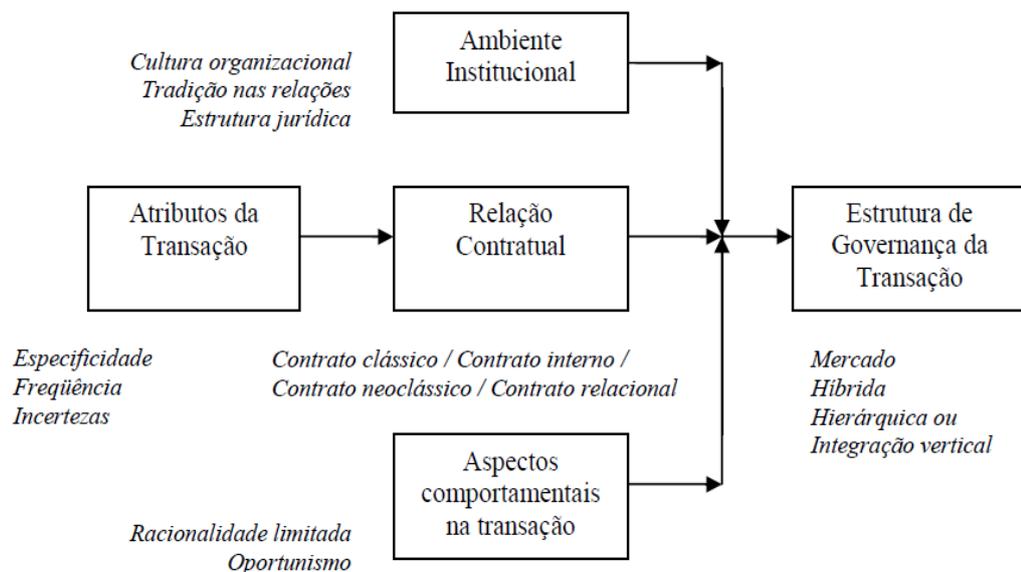
Entre as formas híbridas de governança têm-se os contratos. Williamson (1996) aponta que as estruturas de governança devem ser entendidas como estruturas de incentivo, além de representarem uma alternativa para mitigar conflitos e garantir ganhos mútuos. Abaixo serão expostos alguns tipos de governança:

- a) governança pelo mercado: para transações não específicas, as partes consultam apenas suas experiências. Mais se aproxima da noção de mercado ideal;
- b) governança trilateral: especificação *ex-ante* de uma terceira parte para avaliação da execução da transação e solução para eventuais litígios;
- c) governança específica de transação: por envolverem ativos padronizados, a transação aumenta significativamente o risco e possibilidade de surgir conflitos de solução custosa e incerta.

A estruturas de governança está associada a um nível micro analítico relacionada com as características das transações que são: especificidade dos ativos, frequência e incerteza, já o ambiente institucional está focada nas macro instituições e em como elas influenciam e são influenciadas pelas firmas e indivíduos.

Essa ideia foi exemplificada por Zylbersztajn (1995), para quem as Estruturas de Governança de transações são induzidas por uma lógica que relaciona os conceitos da Economia dos Custos de Transação, conforme organograma apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Relação entre Custos de Transação e Estrutura de Governança



Fonte: Adaptado pelo autor Zylbersztajn (1995)

Na Figura 1, pode-se analisar duas relações diretas, a primeira relação entre Ambiente Institucional e Estrutura de Governança, indica que o ambiente institucional, na qual se encontram: legislação, normas, moral, costumes, cultura, etc., tendo influência direta na organização econômica, alterando, assim, sua dinâmica. Já as mudanças institucionais modificam os direitos de propriedade e as restrições contratuais, assim como as normas e os costumes, que, em última instância, refletirão em alterações nos custos de governança, redefinindo os padrões de eficiência das estruturas de governança;

Na segunda relação entre Estruturas de Governança e Aspectos Comportamentais, demonstra que os pressupostos comportamentais também são importantes para a eficiência das estruturas de governança, o oportunismo e a racionalidade limitada influenciam diretamente o modo de governança. Como a racionalidade limitada impossibilita a previsão de todas as eventuais contingências futuras e a completa delimitação de direitos e salvaguardas contratuais, implicando inevitavelmente na incompletude contratual.

Para Zylbersztajn (1995), os aspectos primordiais do ambiente institucional tem como linha de delimitação fatores de deslocamento no modelo que interferem diretamente na forma de governança eficiente, esses fatores incluem aspectos da tradição legal, existência de leis de proteção intelectual, tradições de arbitragem para a solução de disputas, aspectos culturais, os quais estão alienados aos pressupostos comportamentais, em especial ao oportunismo e a racionalidade limitada.

O oportunismo dos indivíduos ocorre por meio do conhecimento de que os mesmos são auto interessados, tendo como objetivo beneficiar seus interesses por meio de artifícios possíveis, inclusive com medidas enganosas, gerando conflitos e custos de transação nas relações contratuais (WILLIAMSON, 1985). Assim, na regulamentação dos contratos das transações, pode-se enfrentar situações complexas e incertezas, visto que não é possível prever neste instrumento todas as situações futuras possíveis (AZEVEDO, 2000).

Para desenvolver o processo de estrutura de governança, é importante a elaboração do contrato firmado, na medida em que é efetivado o planejamento da transação, o qual abrange as características desejáveis em um período a longo prazo, tendo como embasamento os ativos incluindo especificidade devido às mudanças nas variáveis ambientais. Assim, pode-se observar no meio da Figura 1, a estrutura de ligação entre os atributos de transação com a forma de relação contratual (ZYLBERSZTAJN, 1995).

As organizações geralmente possuem os mesmos modelos de contratos, sistemas de incentivo e estruturas hierárquicas, mas com diferentes performances, em função de seus

arranjos institucionais, devido ao papel que representam diante das expectativas e crenças individuais, associadas as normas sociais e a liderança constituída (MILLER,1992).

Neste sentido, os aspectos comportamentais relacionados aos custos de transação, é representado por meio de organizações que adotam formas de liderança dos custos, com o intuito de coordenar as ações dos agentes, baseadas em contratos, podendo obter redução de ajustes ligados ao sistema de preços. A estrutura de governança tem ligação com as questões ideológicas e de crença individual, que dificilmente recebe incentivos induzindo o comportamento dos envolvidos para o desempenho de suas atividades (DIXIT, 2002; HORN, 1995; MILLER, 1992)

Em resumo, o comportamento está associado ao modelo neoclássico, tendo como tendência a visão de mundo e crenças ideológicas dos indivíduos e do líder, seguindo regras informais, direcionadas ao impacto relevante no comportamento dos indivíduos (NORTH, 1994).

As estruturas de governança mostram diferentes propriedades, as quais se manifestam com mais ou menos especificidades no gerenciamento das transações, diminuindo os custos de transação, seja para alcançar a frequência com vantagens nos resultados das propriedades envolvidas nos processos de sistemas de incentivos, seja para controle de conduta, em que as incertezas podem obter adaptabilidade a novas situações (FAGUNDES, 1997).

A partir dessa análise, é possível entender que as estruturas complexas de governança abrangem as ações coletivas, que são ações conjuntas de indivíduos e firmas com o propósito de geração de benefícios comuns quando se busca uma nova opção fora do mercado, ou seja, as chamadas formas híbridas de governança. Nesse sentido, o próximo tópico aborda, especificamente, aspectos relacionados à Teoria da Ação Coletiva.

2.1.3 Ações Coletivas

A Teoria da Ação Coletiva iniciada por Mancur Olson, em 1965, com a obra “A Lógica da Ação Coletiva” busca dar uma explicação econômica para a ação conjunta à resposta existente até então de que os indivíduos e firmas se uniam pura e simplesmente por concordarem com o propósito do grupo.

Olson (1999) define que uma ação coletiva não surge apenas a partir de interesses comuns em que indivíduos planejam uma atuação coordenada para alcançá-los, mas também por incentivos que estão imbuídos nessa ação.

Para ele, os indivíduos não agem de forma voluntária para atender aos interesses comuns, a não ser que exista algum tipo de força ou incentivo para que se comportem de maneira colaborativa. O surgimento do comportamento “cooperativo” está, dessa forma, relacionado com os incentivos dos indivíduos em participar das decisões e tarefas coletivas como coordenação das ações, mecanismos de resolução de conflitos e compartilhamento de informações.

Ostrom (2007) apresenta três fatores que influenciam no surgimento e manutenção de ações coletivas: a reputação, a confiança e a reciprocidade, e que são influenciados ainda por outras oito variáveis, que são: 1) número de participantes envolvidos na ação coletiva; 2) a forma de divisão dos benefícios 3) a heterogeneidade dos participantes; 4) a comunicação face a face; 5) a forma da função de produção; 6) a existência de informações sobre ações passadas; 7) a ligação dos indivíduos; 8) a possibilidade dos indivíduos entrarem e saírem voluntariamente.

As ações coletivas consistem no termo mais comumente usados para a análise de comportamento cooperativo horizontal, ou seja, entre indivíduos ou organizações que atuam num mesmo ramo de atividade. Já os termos colaborativo ou cooperativo são mais comumente observados na literatura quando se refere a esse tipo de comportamento entre indivíduos ou organizações de diferentes ramos de atividade, mas que compõem uma rede de empresas. Devido à existência de diferentes nomenclaturas, neste trabalho se convencionou utilizar o termo ações coletivas tanto para o comportamento cooperativo horizontal quanto vertical.

Grandori e Soda (1995), com base nos trabalhos de Granovetter (1983 e 1985), também identificam três fatores que interferem na formação e formato ações coletivas: os aspectos institucionais, sociais e culturais. O primeiro fator aponta para os aspectos institucionais como condicionantes da eficácia e facilidade na formação da rede. O segundo e o terceiro aspecto parte do pressuposto de que existe um relacionamento social antes do estabelecimento de qualquer relacionamento de troca entre as organizações.

Brito (2001) destacou que as ações coletivas são formadas por grupos de atores que estão ligados por diferentes razões que podem ser de ordem financeira, fatores tecnológicos e recursos humanos, entre outras. No entanto, é importante ressaltar que os interesses são influenciados não somente por motivos econômicos, mas também motivos sociais e políticos.

De acordo com Ramírez e Berdegué (2003), as ações coletivas têm como objetivos:

O acesso a outra dimensão de bem-estar material; modificar as relações sociais e de poder existentes no interior de populações específicas; influenciar as políticas públicas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e superar a exclusão; desenvolver a capacidade dos indivíduos (capital humano); fortalecer as organizações; e aprofundar normas e valores como a solidariedade, reciprocidade e confiança, que contribuem para o bem comum (capital social).

Segundo Olson (1999), indivíduos com interesses em comum tendem a agir visando os objetivos do grupo. No entanto, existem interesses individuais que podem diferir dos interesses do grupo, surgindo, assim, conflitos e dificuldades de se estabelecerem as estratégias coletivas.

Ele também analisou a racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva para entender a lógica das ações coletivas. Ele destaca que, na maioria das vezes, os benefícios coletivos são insuficientes para motivar a contribuição individual. Os indivíduos não tendem a se comportar de maneira racional para atingir os objetivos comuns do grupo.

O autor observou dois aspectos em relação a grandes grupos envolvidos no fornecimento de bens coletivos: o primeiro foi que, à medida que os grupos se tornam maiores, a contribuição individual tende a ser maior do que a percepção individual do bem coletivo compartilhado entre os membros que compõem a ação; o segundo aspecto revela que, em grandes grupos, os membros tendem a tolerar outros membros que não se envolvem diretamente na ação coletiva (*free-rider*). No entanto, se muitos membros adotarem essa postura, os objetivos da ação coletiva não serão alcançados.

Muitas barreiras à ação coletiva podem surgir quando os membros são livres para escolher se contribuem ou não para alcançar os objetivos comuns. Nesse caso, os indivíduos podem ser induzidos a não colaborar para a ação coletiva, pois eles poderão se beneficiar da ação sem incorrer no ônus para alcançar os objetivos. Esse indivíduo, ou firma, é conhecido como *free-rider*. De acordo com Brito (2001), o *free-rider* é o oposto da cooperação, que significa contribuir para os objetivos comuns, relegando os objetivos individuais para um segundo plano.

Olson (1999) afirma que quando a ação coletiva é realizada por pequenos grupos, é mais fácil induzir a contribuição individual para a ação coletiva, sendo que três fatores reforçam essa afirmação. O primeiro fator está relacionado com o efeito imperceptível, já que, quanto menor o grupo, maior a percepção do benefício alcançado em relação ao trabalho aplicado por cada membro. O segundo fator está ligado ao *free-rider*. O referido autor identificou que é menos provável que o *free-rider* ocorra em pequenos grupos tendo em vista que os outros membros percebem e tendem a reagir. O terceiro fator está relacionado aos

custos envolvidos na ação coletiva: quanto menor o grupo, menor o custo de organizar a ação coletiva.

Nassar e Zylberstajn (2004) adicionaram outro fator que interfere decisivamente no desempenho da ação coletiva, a heterogeneidade dos grupos. Com base na análise de associações de interesse privado, esses autores concluíram que os grupos heterogêneos também necessitam de incentivos para que os indivíduos participem da ação coletiva. Nesses grupos, os custos de transação são apontados como o principal problema associado ao baixo desempenho da ação coletiva, sendo necessário o desenvolvimento de novas formas organizacionais apropriadas para prover os bens coletivos.

Olson (1999) reafirma que para motivar os indivíduos, a contribuir para a ação coletiva, é necessário que haja mecanismos de incentivo, como uma premiação individual. Esses incentivos servem como motivação para a contribuição individual na ação coletiva, os quais podem ser incentivos monetários ou sociais.

Ramirez (2004, apud LORENZANI E SILVA, 2006) alertou para o fato de que as ações coletivas são reflexos da sociedade. Assim, a informação e os recursos monetários, físicos e culturais, não se encontram distribuídos homogeneamente dentro do grupo. No entanto, o próprio grupo deve tornar explícita a busca pela equidade dentro da ação coletiva para evitar conflitos e aumentar o comprometimento dos envolvidos.

Segundo Futemma et al. (2002), ao passo que grupos heterogêneos podem dificultar a cooperação, esta pode ser alcançada por meio de poder político ou ativos econômicos. Quanto mais heterogêneos são os grupos, a equidade torna-se mais difícil de ser alcançada, devido à percepção individual das recompensas pelo trabalho despendido.

Brito (2001) considerou que a tensão entre os interesses coletivos e individuais é o elemento-chave para entender a emergência de formas coletivas de organização, bem como seu impacto no desenho das redes. Na ausência de mecanismos de incentivo e controle, podem surgir desde oportunismo (*free-rider*) até conflitos relacionados com a disputa de poder e com a distribuição equitativa dos benefícios, que irão interferir no desempenho da ação coletiva.

Brito (2001) esclareceu que as formas coletivas são compostas por atores coletivos, representados por uma rede de relacionamentos que são formados para alcançar um objetivo coletivo, seguem regras comuns, tomam decisões conjuntas e implementam e executam suas ações. Esses atores podem adotar tanto estruturas formais quanto estruturas informais.

Ramirez (2004, apud LORENZANI E SILVA, 2006) afirmou que os indivíduos se organizam para cumprir objetivos comuns ao grupo, sem os quais este tende a desaparecer.

Deve existir, portanto, um equilíbrio entre os objetivos individuais e os coletivos, o qual é fundamental para o desenvolvimento e implantação, factível, de projetos de desenvolvimento baseados em ações coletivas.

Outro fator relevante na formação dos grupos envolvidos em ações coletivas é a identidade. Paramio (2000) considerou que todo indivíduo tem preferências definidas, ou seja, possui identidade dentro de um contexto social determinado. A identidade coletiva pode evitar comportamentos oportunistas e aumentar a coesão do grupo. Destacam-se, como exemplos, os grupos étnicos e religiosos. Esse autor ressaltou que um grupo necessita construir uma identidade coletiva que servirá de base para a cooperação. A partir de então, o grupo pode buscar alcançar os objetivos das ações coletivas.

Futemma et al. (2002) mencionaram que é necessário certo nível de competência organizacional para permitir a ação coletiva. A colaboração dentro dos grupos consiste num processo de aprendizado e troca de informação por meio de uma rede social, em que os indivíduos aprendem a desenvolver o compromisso e a responsabilidade (COLEMAN, 1987, citado por Futemma et al., 2002). São sugeridos, ainda, que o desenvolvimento da confiança e o desenvolvimento da reciprocidade auxiliam a melhoria da estrutura social que fortalece as relações entre os indivíduos. Aqueles autores consideraram que diversos aspectos afetam o comportamento cooperativo dos indivíduos no grupo. Assim, a heterogeneidade social é um fator muito relevante na discussão das ações coletivas.

De acordo com as informações de Olson (1998), os grupos de indivíduos com interesses em comum usualmente tentam promovê-los e a ideia de que estes sempre agem para promover seus interesses é baseada nos seus interesses individuais, sendo, portanto, os interesses individuais geralmente os propulsores destas ações.

Os membros de determinados grupos tem interesses e objetivos comuns e comungam da ideia de que se objetivos individuais forem alcançados, os objetivos do grupo, por consequência, também serão.

Segundo Olson (1998), existem casos em que a ação coletiva voluntária visa apenas o cumprimento da lei contrariando um poder político, em outros casos, os grupos procuram obter do governo alguns lucros gratuitos que podem gerar benefícios.

Crozier & Friedberg (1977) lembram que a ação coletiva, ou "ação organizada", não é um fenômeno natural, mas, em paráfrase aos autores, é uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, principalmente no que concerne a explicação das suas condições de emergência e de permanência. Em outros termos, a ação coletiva trata de elaborações sociais como as regras, as normas ou as convenções.

Segundo os mesmos autores, a organização que constitui um instrumento da ação coletiva que pode ser definida em relação a um conjunto de ações, mas cabe distinguir os principais motores dessa ação coletiva. Diversas teorias tentam explicar as lógicas que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Elas se repartem no seio de três paradigmas, dois deles amplamente reconhecidos, mas redutores, e um terceiro de entendimento mais complexo.

Caillé (1998) sintetiza essa controvérsia:

O individualismo (metodológico) pretende que todas as ações, regras ou instituições provêm dos cálculos mais ou menos conscientes e racionais efetuados pelos indivíduos. O holismo coloca ao contrário que a ação dos indivíduos (ou dos grupos, das classes, das ordens) não passa da expressão de uma totalidade preexistente e determinante (...) que coloca uma série de obrigações, constrangimentos ou dívidas.

Dessa forma, esse capítulo apresentou algumas teorias que norteiam essa dissertação, a Nova Economia Institucional, através das suas teorias sobre os custos de transação; e a estrutura governança utilizada pelos agricultores no presente momento, além da ação coletiva e das formas que o agricultor encontrou para se manter no campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se, neste estudo, investigar o porquê do movimento da terceirização no município de Palotina-PR, com o intuito de verificar as relevâncias dos seus motivos e comprovar essa prática que prevalece nas demais regiões do país e do mundo, conforme retratado por Laurenti (2008).

Outro fator a ser analisado é a visão dos produtores no que concerne a viabilização da e a qual o tamanho de propriedade este tipo de prática se torna possível.

Para tanto, utilizou-se na presente pesquisa vários métodos científicos para alcançar seus objetivos, pois como entende Vasconcelos (2004), a ciência não pode existir sem a linguagem. Corroborando com esta ideia, Minayo (2010) conceitua que a metodologia é o caminho do pensamento e também a prática exercida na abordagem da realidade.

Para a autora, a metodologia inclui a abordagem que é o método, mais os instrumentos de operacionalização que são as técnicas somadas à criatividade do pesquisador, através de suas experiências, sensibilidades e capacidade pessoal. A prática cotidiana dos estudos científicos prova que estas menções são a realidade da formação acadêmica.

Absorvendo essas concepções, este capítulo irá se subdividir em cinco tópicos para um melhor entendimento sobre como será realizado os tipos de métodos utilizados na pesquisa. Os tópicos que seguem são: o delineamento da pesquisa; o universo da pesquisa, que informa onde foi feita, entre outros dados como a população que foi pesquisada; na coleta de dados que são os instrumentos de coleta utilizados; e, por fim, a análise e interpretação dos dados, que foram feitas através de gráficos, tabelas e afins para uma melhor visualização dos resultados encontrados na tabulação de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A realização desta pesquisa se deu por meio de um estudo de caso, que segundo Fachin (2003) é um método caracterizado por ser um estudo intensivo, que leva em consideração a compreensão como um todo do assunto investigado. Para a realização da pesquisa deste cunho, podem ser usados formulários ou entrevistas como instrumento de pesquisa e sua principal função é a explicação sistemática das coisas ou fatos que ocorrem no contexto social, observando se geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis. Ocorrendo isso, os dados devem ser representados sob a forma de tabelas, quadros, gráficos estatísticos e por meio de uma análise descritiva que os caracterizam.

Registra-se, ainda, a definição de Godoy (1995) para esse tipo de pesquisa, cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente, visando ao exame detalhado de um ambiente de um simples sujeito ou de uma situação em particular.

Para Fachin (2003), o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores em qualquer área de sua formação orientação geral que facilita planejar uma pesquisa formular hipóteses coordenar investigações realizar experiências e interpretar os resultados.

Ainda, para a autora, todo trabalho científico deve ser apreciado em procedimentos metodológicos que conduzem a um modo no qual se realiza uma operação, denominada conhecer outra agir e outra fazer. Para tanto, esta pesquisa, para alcançar seus objetivos, foi realizada através de dois métodos e em duas etapas.

Na primeira etapa foi realizada a pesquisa quantitativa, pesquisa em que se utiliza de informações quantificáveis, ou seja, informações que são possíveis de serem traduzidas em números através de aplicação de questionários e tabulação dos dados encontrados em planilhas com padronizações de respostas por meio de códigos determinados pela pesquisadora.

Para Neves (1996), os estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido baseado em hipóteses claramente indicadas e também variáveis que são objeto da definição operacional da pesquisa.

Com relação à segunda etapa, foi utilizado o método qualitativo, que se deu pela análise dos dados quantitativos já compilados e transformados em gráficos e tabelas. A junção entre estas duas etapas foi a base da sustentação desta dissertação.

Segundo Godoy (1995), os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de realizar uma pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Quanto à amostragem da pesquisa, foi utilizada a estratificada, que consiste, segundo Fachin (2003), em dividir a população em grupos ou extratos com o objetivo de melhorar as estimativas mediante o prévio agrupamento dos elementos mais parecidos entre si.

Devido a esse fato, foram escolhidas três comunidades da cidade de Palotina-PR, que serão descritas no universo da pesquisa, pois possuíam um agrupamento expressivo de agricultores de grãos com potenciais diferentes, o que era o objeto de pesquisa almejado neste trabalho.

Outra forma de metodologia utilizada foi o método indutivo que, para Fachin (2003), é um procedimento do raciocínio que a partir de uma análise particular de dados se encaminha para noções gerais e apresenta-se como forma ordenada do raciocínio dos dados singulares para uma verdade geral.

Para a autora, de modo geral, numa pesquisa estão correlacionados vários métodos conforme a estratégia do pesquisador a fim de atingir seu objetivo. Assim, para realização dessa investigação, articulou-se vários métodos de busca de dados, informações e também vários métodos de análises, já descritos acima, para maior enriquecimento e confiabilidade.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A terceirização dos trabalhos no campo conforme dados da literatura surge como uma tendência devido à mecanização tecnológica, com amplitude global. O presente estudo tem como linha de pesquisa a população das comunidades rurais da cidade de Palotina no Estado do Paraná, localizada da região Oeste.

3.2.1 Caracterização da região de estudo

Segundo dados recebidos da Prefeitura Municipal, foi em 1940 através da Marcha para o Oeste que chegam os primeiros migrantes em Palotina. A origem do nome Palotina é uma homenagem aos padres palotinos, que marcaram presença no município desde a derrubada das primeiras árvores, sendo testemunhas do desbravamento, dos conflitos e do desenvolvimento do município e agentes vivos na implementação da religiosidade que caracteriza o seu povo. Por esse motivo, foi escolhido como padroeiro do município, São Vicente Pallotti.

Alguns dos primeiros habitantes de Palotina vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses primeiros tempos, antes de cultivar as primeiras lavouras, a alimentação variava, sendo consumidos produtos trazidos com a mudança como arroz, feijão e farinha de trigo, complementados por carne de caça, como tucanos, inhambu, jacu, pacas e veados.

Em 1950, acontecem novos deslocamentos da população do sul do país, resultando, desta forma, a criação do Distrito de Palotina em 24 de junho de 1957, com uma população de 100 habitantes (IBGE/Censo,1950).

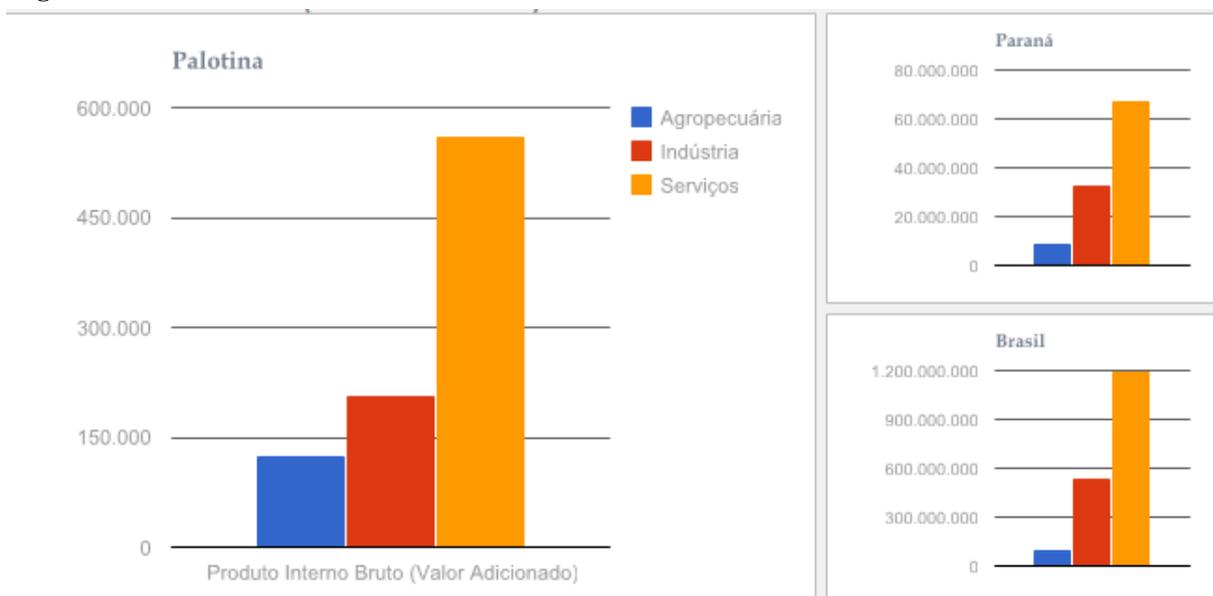
Já em 1960, exatamente no dia 25 de julho, ocorreu a emancipação política administrativa de Palotina. Com a emancipação, criaram-se os Distritos Administrativos e

das quais 834 unidades alegaram cultivar temporariamente milho em grão, 1028 unidades a soja em grão e 198 unidades trigo em grão.

O clima de Palotina subtropical úmido, com verões quentes e invernos frios ou amenos, com média anual de temperatura de 20°C, é um clima propício para cultivo dessas culturas.

Através da Figura 8, pode-se verificar que a economia da cidade se baseia na agricultura, agroindústria e prestação de serviços. Esse dado se confirma quando comparados os mesmos índices referente ao Estado e ao País.

Figura 3 - Desenvolvimento econômico de Palotina



Fonte: IBGE, 2014 em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A cidade conta com uma das maiores Agroindústrias do sul do país, a C-Vale Cooperativa Agroindustrial. Além disso, também é cidade universitária, possui um campus da Universidade Federal do Paraná, possuindo os cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Energias Renováveis, Tecnologia em Biotecnologia, Licenciatura em Ciências Exatas e Licenciatura em Computação. A cidade possui, também, o menor índice de desistência escolar do país. A cada cem alunos matriculados, apenas um não conclui o ensino fundamental.

Cumprindo observar, preliminarmente, que para delimitar o estudo de caso, foram escolhidas três comunidades do município de Palotina que teriam o perfil do objeto desta investigação, o que foi feito por meio de levantamento de dados secundários na Secretaria Municipal de Agricultura e Gestão Ambiental.

Para isso utilizou-se o banco de dados do CAD/PRO para elencar as comunidades com maior índice de produção de grãos no município. Dentre essas, foram escolhidas comunidades de Alto Pioneiro, Vila Paraíso e Dois Irmãos para serem pesquisadas, que juntas perfazem um total de 76 propriedades rurais, sendo que 34 concentram-se apenas na produção de grãos.

Das propriedades que compõe a área pesquisada, 33 estão localizadas na comunidade de Alto Pioneiro, 25 na comunidade de Vila Paraíso e 18 na comunidade Dois Irmãos, que juntas são gerenciadas por 60 produtores rurais.

No entanto, para delimitar a pesquisa ao tema em estudo, foram classificados os produtores de grãos: soja, milho e trigo.

Dos 60 produtores, 27 são da comunidade de Alto Pioneiro, dos quais 15 produzem grãos e 12 outras culturas; 17 são da comunidade Vila Paraíso, no qual 12 produzem grãos e 5 outras culturas; e 16 pertencem à comunidade de Dois Irmãos, divididos entre 7 que produzem grãos e 9 outras atividades.

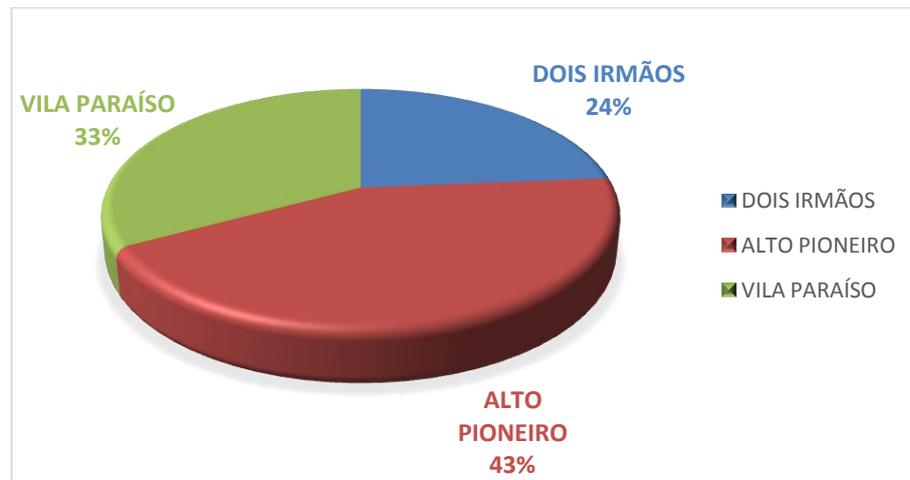
Portanto, constatou-se um total de 34 produtores de grãos na região pesquisada. A classificação dos produtores que compõem essa pesquisa pode ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação da localização dos produtores da pesquisa

	DOIS IRMÃOS	ALTO PIONEIRO	VILA PARAÍSO	TOTAL
PROPRIEDADES	18	33	25	76
PRODUTORES	16	27	17	60
PRODUTORES DE GRÃOS	7	15	12	34
PRODUTORES DE OUTRAS CULTURAS	9	12	5	26
ENTREVISTAS	7	15	12	34

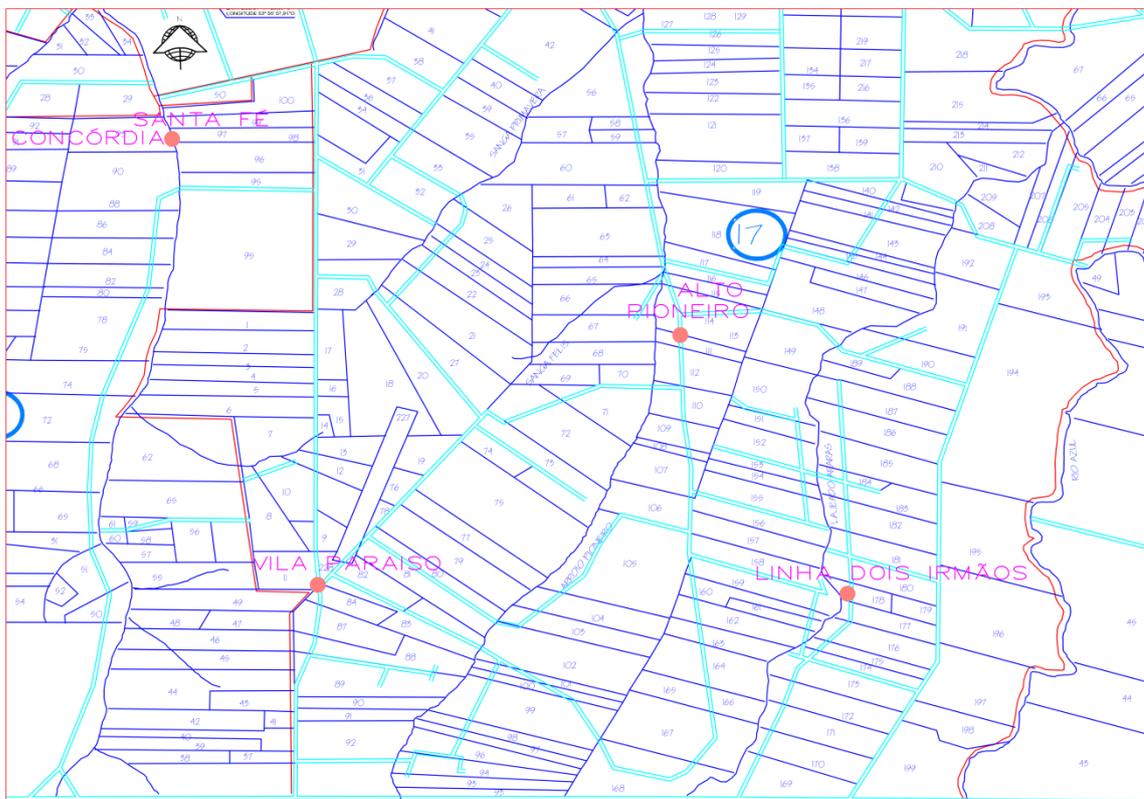
Fonte: Dados da pesquisa

Para melhor visualização dos dados acima o gráfico 1 apresenta a concentração dos entrevistados em cada comunidade conforme encontram-se em percentuais. A comunidade de Alto Pioneiro possui a maior concentração com 43% dos agricultores, o segundo lugar fica para a comunidade de Vila Paraíso com 33% dos agricultores e a menor comunidade é a de Dois Irmãos que concentra 24% dos produtores.

Gráfico 1 - Localização dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa

Serão apresentados, então, os mapas da localização das comunidades pesquisadas, conforme Figura 9, e, logo abaixo, o mapa onde se destacam as propriedades que foram realizadas as pesquisas, conforme sua denominação de proprietário na Figura 10.

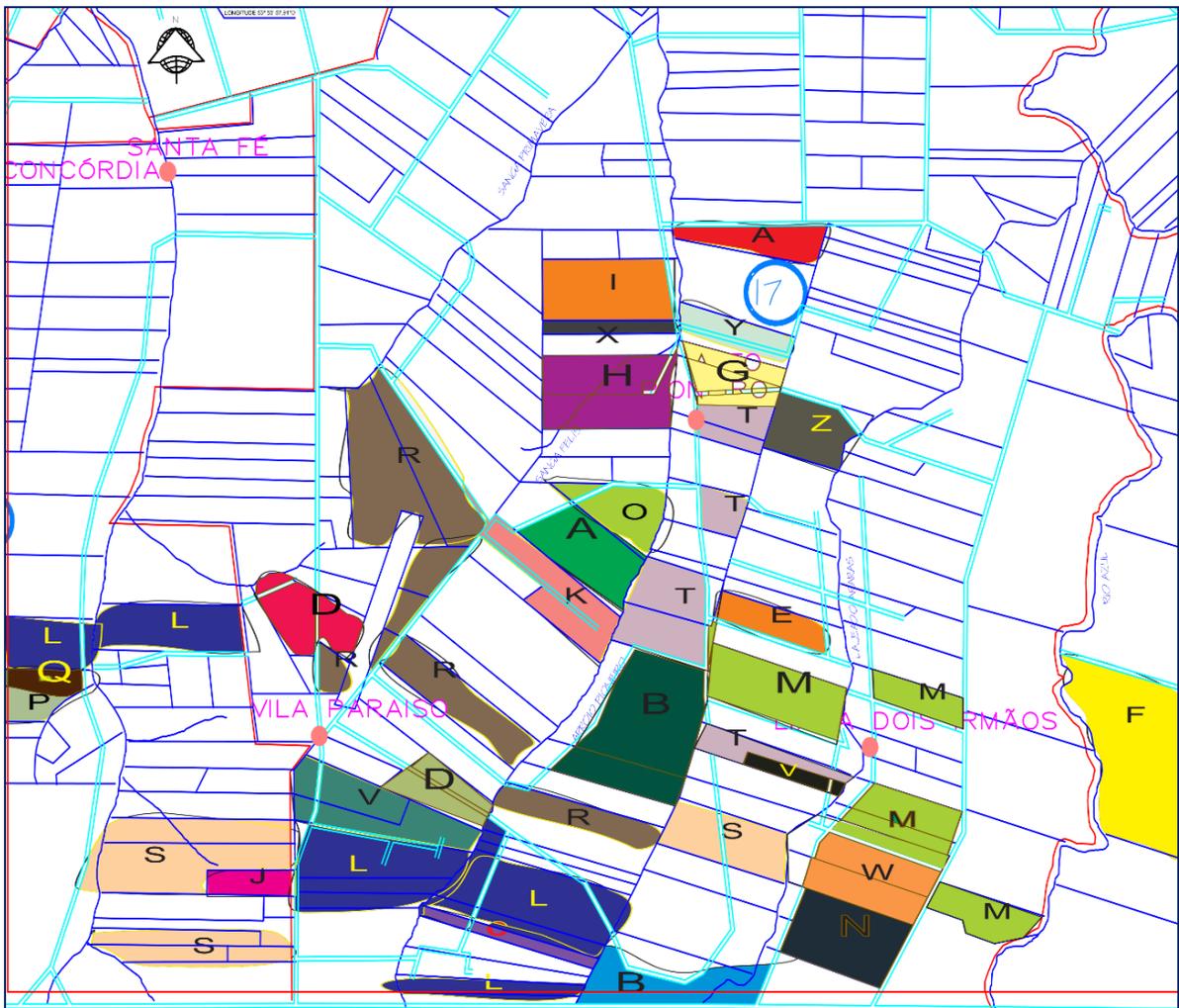
Figura 4 - Mapa de localização das áreas pesquisadas

Fonte: Secretaria de Agricultura de Palotina-PR ano de 2014.

Pode-se observar nessa figura 9 que as comunidades são vizinhas e possuem uma grande gama de propriedades.

Na Figura 2, utiliza-se o mesmo mapa, mas especifica-se por letra do alfabeto o nome proprietário para manter em sigilo sua identidade e a localização de sua propriedade é diferenciada por cor, conforme os dados da pesquisa. Observa-se, nessa figura, um mesmo proprietário possui várias propriedades.

Figura 2 - Mapa de destacamento propriedades pesquisadas



Fonte: Adaptado pela autora Secretaria de Agricultura de Palotina-Pr ano de 2014.

Fachin (2003) afirma que a finalidade amostral é muito importante na pesquisa permitindo custo menor, tempo reduzido no levantamento de dados, indagações mais minuciosas e dados mais fidedignos por ser um trabalho mais simplificado e generalizado.

3.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no mês fevereiro de 2015, por meio de aplicação de questionários *in loco*, através de visitas às propriedades rurais previamente agendadas com o auxílio dos dados pessoais fornecidos pelo Cadastro de Produtor Rural- CAD/PRO.

Dos 34 produtores rurais localizados na pesquisa, 27 responderam ao questionário, os outros 7 produtores que não responderam à entrevista, alegaram falta de tempo ou ainda desinteresse em contribuir com a dissertação.

É de suma importância frisar que a pesquisadora foi acompanhada por uma moradora da região, o que facilitou o acesso às propriedades e o contato com os entrevistados, pois, além de conhecer as propriedades, também conhecia a história de muitos deles, enriquecendo os questionamentos. A confiabilidade de abrir suas residências e relatarem o tamanho e as potencialidades de suas propriedades só se deu devido a este fato.

O questionário (APÊNDICE A) foi composto por 27 questões, que buscaram identificar o perfil do entrevistado, de sua propriedade e sua relação com a terceirização. Para melhor compreensão da análise, dividiu-se os questionamentos em 6 grupos, que podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Composição do grupos de perguntas

Caraterização da pergunta	Números
Perfil do entrevistado	1, 2, 3, 4
Caracterização da propriedade	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Média de produção da propriedade	13, 14
Caracterização dos maquinários	15, 16, 17, 18, 19, 20
Opinião sobre a terceirização	21, 23
Renda extra e perpetuação da propriedade	24, 25, 26, 27

Fonte: Dados da pesquisa

É válido salientar que durante a aplicação dos questionários, foram registradas anotações oriundas de conversas informais que foram permitidas devido ao interesse do entrevistado pelo tema, o que é de extrema valia para o desenvolvimento desta investigação.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Sempre houve a busca por eficiência frente à crescente importância do agronegócio perante a economia e esta tem provocado processos de exclusão de pequenos produtores rurais. Para ter a oportunidade de oferecer produtos e serviços em conformidade com os padrões desenvolvidos pelas grandes redes de autosserviço, os fornecedores tiveram que se adaptar a exigências como qualidade, regularidade no fornecimento, escala mínima de fornecimento, preço e agilidade logística.

No entanto, observa-se que essas mudanças se refletiram, de forma bastante abrupta, nos pequenos produtores rurais, representando desafios e até mesmo exclusão de destes em toda a América Latina. Estes se mostraram incapazes de atender às novas demandas do mercado devido às características intrínsecas à pequena unidade de produção e suas dificuldades.

As ações coletivas surgem como uma possibilidade de garantir a inserção destes produtores de propriedades consideradas de pequeno e médio porte, a continuarem no campo e ter com condições de investir em suas propriedade sem prejudicar a renda.

De acordo com Gutberlet (1999), a atividade agrícola das pequenas unidades de produção sempre esteve voltada para a subsistência ou integrada a mercados locais. Entretanto, devido à dificuldade de acesso a ativos básicos e à pressão populacional sobre os recursos escassos, entre outros fatores, os produtores rurais passaram a intensificar a produção.

Assim, uma possibilidade que se apresenta é a adoção de ações coletivas, buscando garantir a inserção destes produtores na economia competitiva. Segundo Farina (2002), tais ações são importantes não somente para a aquisição de insumos ou para atingir escala de comercialização, mas para adaptar os pequenos produtores aos novos padrões competitivos.

A cooperação entre agentes do mesmo elo nas cadeias produtivas e entre agentes de diferentes elos consiste em alternativas viáveis para pequenos produtores, visando não só a sua inserção nos principais canais de distribuição, mas também a melhoria do seu bem-estar social e a colaboração com os seus iguais, no caso produtores de áreas vizinhas sem maquinários para manter sua propriedade, o que gera a constante necessidade de terceirização deste serviço.

Desta forma, abaixo será apresentado os dados analisados na pesquisa para um melhor entendimento da situação atual das propriedades já citadas.

No primeiro grupo de análise foram ordenadas as perguntas do número 1 a 4, que podem ser visualizadas na Tabela 3, que possui os seguintes códigos:

- a) campo sexo: (1) masculino e (2) feminino;
- b) campo idade: (1) de 18 a 29 anos, (2) – de 30 a 41 anos, (3) – de 42 a 53 anos e (4) – de 54 a 65 e (5) – 66 anos ou mais;
- c) campo escolaridade: (1) não alfabetizado, (2) alfabetizado, (3) ensino fundamental completo, (4) ensino fundamental incompleto, (5) ensino médio completo, (6) ensino médio incompleto, (7) ensino superior completo, (8) ensino superior incompleto;
- d) campo estado civil: (1) solteiro, (2) casado, (3) outro;

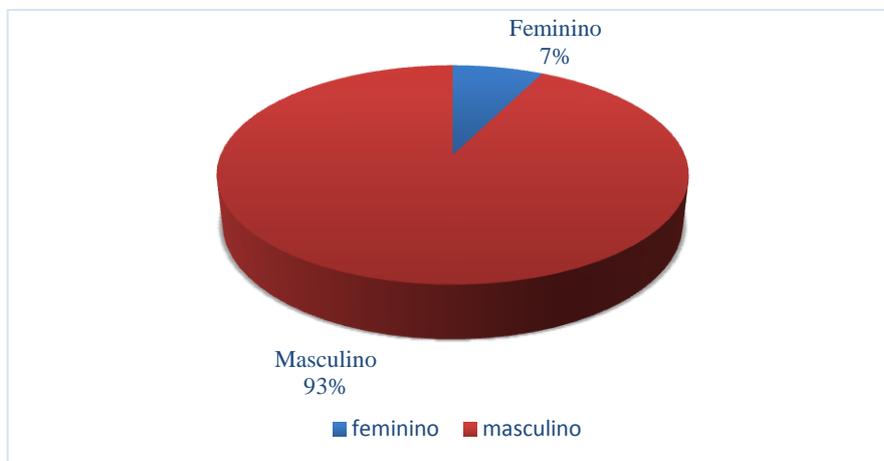
Tabela 3 - Perfil dos entrevistados – Perguntas de 1 a 4

Número das questões		1	2	3	4
Nº	AGRICULTOR(A)	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL
1	A	1	3	5	2
2	B	1	3	5	2
3	C	1	4	4	2
4	D	1	3	4	2
5	E	1	3	4	1
6	F	1	4	4	3
7	G	1	4	4	2
8	H	1	5	4	2
9	I	1	4	5	2
10	J	1	4	5	1
11	K	2	4	4	3
12	L	1	3	3	2
13	M	1	2	6	2
14	N	1	2	3	2
15	O	1	4	7	3
16	P	1	3	5	2
17	Q	2	3	5	2
18	R	1	3	5	2
19	S	1	3	3	2
20	T	1	3	4	2
21	U	1	2	5	2
22	V	1	3	5	2
23	W	1	4	6	2
24	X	1	5	1	2
25	Y	1	4	4	2
26	Z	1	4	4	2
27	AA	1	3	6	2

Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 2, que apresenta o sexo dos produtores entrevistados, o sexo masculino é predominante:

Gráfico 2 - Sexo dos entrevistados

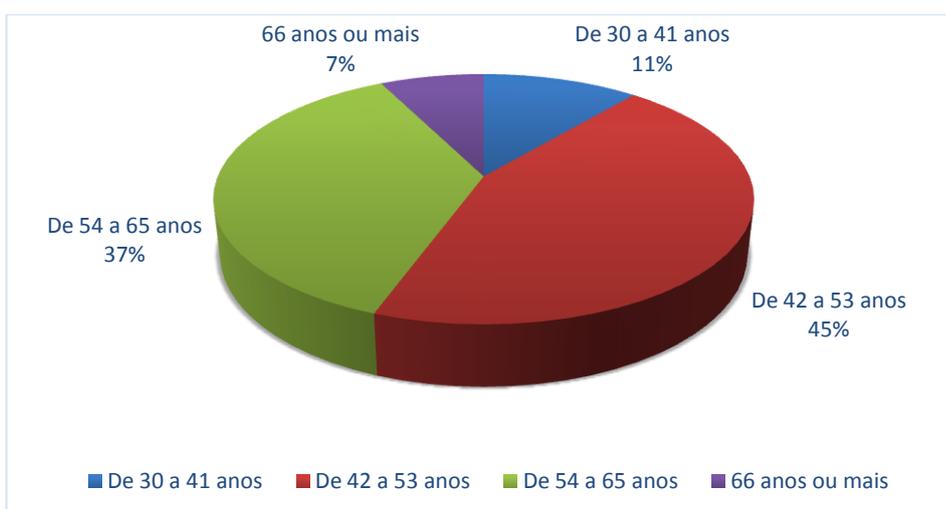


Fonte: Dados da pesquisa.

É preciso insistir ainda na consideração de Mello *et al* (2003), que destaca a figura masculina como cerne da propriedade rural, ao retratar que os 7% que representam o sexo feminino, fazem parte dessa estatística por serem viúvas e herdeiras da propriedade.

Ao avaliar a idade dos entrevistados percebe-se que a maioria, 45% dos entrevistados, tem entre 42 e 53 anos. Os resultados podem ser verificados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Idade dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa

Do resultado apresentado pelo gráfico 2, é importante considerar que a maioria, 62%, pertence à terceira geração de agricultores. Esse fato foi comprovado através de conversa

informal com os produtores, que relataram que a primeira geração utilizava implementos manuais e a segunda adquiriu maquinário dos quais esses produtores herdaram. No entanto, esses maquinários já encontram-se depreciados, o que inviabiliza seu repasse para uso da próxima geração.

Nessa perspectiva, é apropriado mencionar a visão de Spanevello (2008) que classifica a agricultura familiar como uma ocupação que busca garantir a continuidade do patrimônio da família, por meio da transmissão aos seus descendentes, ressaltando a importância do surgimento de novas gerações de agricultores para manter o patrimônio familiar, representado pela terra.

Krumer (2013) cita que comportamento tendencial entre os agricultores familiares até a década de 1970 era a reprodução das unidades produtivas, alocando os filhos como seguidores da profissão.

Ainda nesse contexto, de sucessão familiar, Mello *et al* (2003) evidencia a figura paterna como determinante para prosseguir a sucessão, ou seja, ela que determina o momento e a maneira que serão repassadas as responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração, na maioria das vezes para um filho homem.

Em relação à escolaridade, apresentada pelo Gráfico 4, na página seguinte, 71% dos entrevistados possui somente ensino fundamental incompleto ou completo. Apenas 4% dos entrevistados possui Ensino Superior completo, o que sustenta o fato de que a maioria das pessoas que trabalham com a agricultura pouco investem nos estudos, preferindo trabalhar apenas no campo.

Já o Gráfico 5, na página seguinte, expõe-se dados quanto ao estado civil dos entrevistados, constatou-se que 82% são casados, 11% não possuem denominação civil determinada, e apenas 7% são solteiros. Esses dados comprovam que quem mora no campo ainda mantém a estrutura familiar tradicional.

Gráfico 4 - Escolaridade dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 5 - Estado civil dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa.

Na segunda fase de questionamentos, buscou-se caracterizar o tamanho da área do, seu potencial de plantio, além de saber quem são e o número de pessoas que nela trabalham. Esse grupo é constituído pelas questões de 5 a 12, presentes na Tabela 4 que possui os seguintes códigos:

- campo propriedade própria: (1) sim e (2) não;
- campo tempo de posse – anos: (1) de 0 a 10 anos, (2) de 10 a 20 anos, (3) de 20 a 30 anos e (4) 30 ou mais;
- campo possui propriedades em outros locais: (1) sim, e (2) não;

- d) campo quem são: (1) proprietário, (2) proprietário e esposa, (3) proprietário e diarista(s), (4) proprietário e filho(s), (5) proprietário e parente(s).

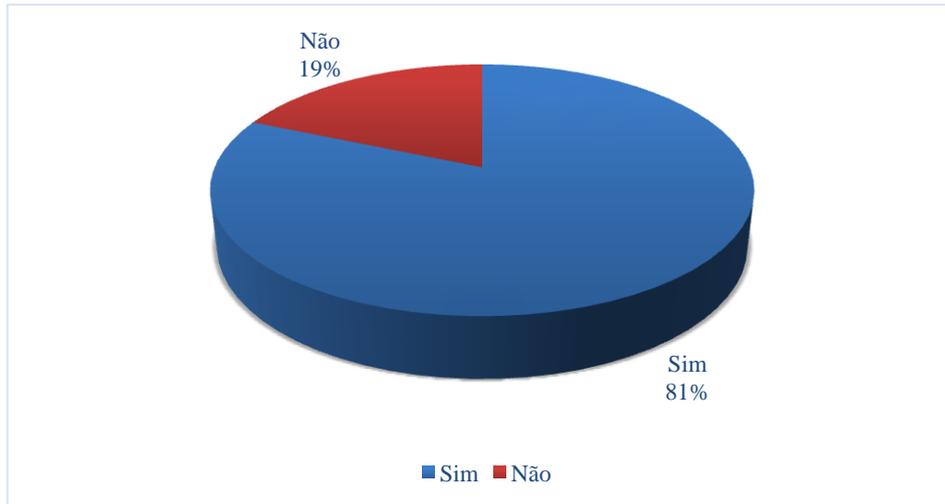
Tabela 4 - Caracterização da área pesquisada – Perguntas de 5 à 12

Número das questões	5	6	7	8	9	10	11	12	
Nº	Agricultor(a)	Propriedade própria	Tempo de Posse (anos)	Total da prod. (alq.)	Área de Plantio (alq.)	Possui prod. outros locais	Tamanho de propriedades externas as Comunidades	Nº de pessoas que trabalham na área	Quem são
1	A	1	4	6	5,5	2		2	4
2	B	1	4	40	35	2		2	4
3	C	1	4	5	4,5	2		1	1
4	D	1	4	33	32	1	206	2	3
5	E	1	4	5	4,7	2		1	1
6	F	3	3	68	60	2		2	3
7	G	1	3	8,5	6,5	2		1	1
8	H	1	3	15	8,5	2		2	2
9	I	1	3	22	20	2		2	3
10	J	1	4	5	17	2		1	1
11	K	1	4	16	15,5	2		2	4
12	L	1	4	140	130	2		2	3
13	M	3	4	11	35	2		1	1
14	N	3	4	50	48	2		3	5
15	O	1	1	4	3,5	1	60	3	3
16	P	1	4	18	16	2		1	1
17	Q	1	4	5	3	2		2	2
18	R	1	2	95	90	1	25	3	3
19	S	3	2	165	230	1	100	2	3
20	T	1	4	47	41	2		2	3
21	U	1	4	19	17	2		3	3
22	V	1	4	17	16,5	2		3	4
23	W	1	3	20	17	2		3	4
24	X	1	4	3	2,5	2		1	1
25	Y	1	4	5	4,2	2		2	4
26	Z	3	4	8	26	1	55	3	3
27	AA	1	4	25	18	2		2	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente, buscou-se identificar se o entrevistado era proprietário ou arrendatário da área. Nesse questionamento, verificou-se que 81% dos agricultores são proprietários e 19% são proprietários e arrendatários ao mesmo tempo, conforme Gráfico 6.

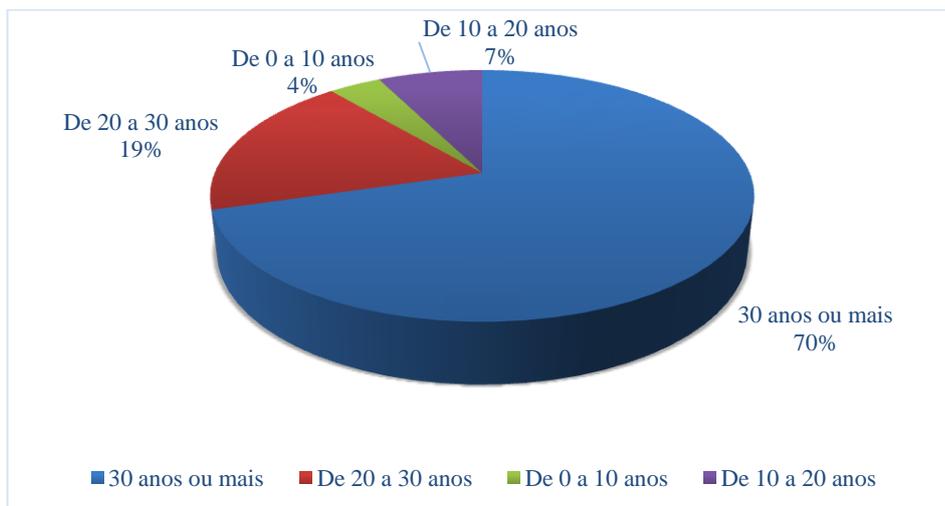
Gráfico 6 - É proprietário da área



Fonte: Dados da pesquisa.

É importante vislumbrar que dos proprietários acima considerados, um montante de 71% possui a propriedade há mais de 30 anos, como pode ser visualizado no Gráfico 7. Esse alto índice reforça a visão da sucessão hereditária, já evidenciada nesta análise.

Gráfico 7 - Qual o tempo de posse a área



Fonte: Dados da pesquisa.

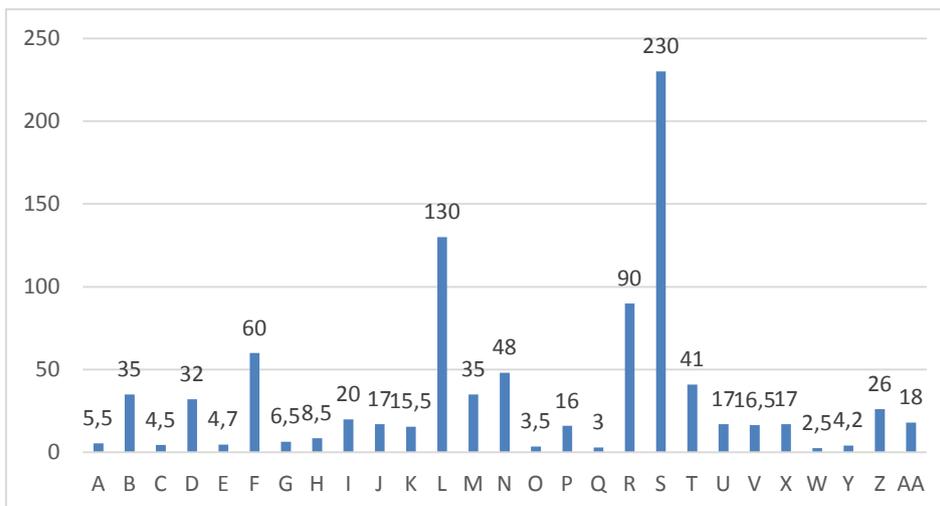
Outro quesito elencado nesta investigação foi o tamanho das propriedades. Quanto a esse fator, ficou evidente a disparidade entre essas, o que justifica a escolha da região para o estudo. Esse indicador enriquece a coleta de dados, pois é possível auferir opiniões de diferentes tipos de produtores: pequeno, médio e grande.

De acordo com os dados presentes no Gráfico 8, 26% dos produtores possuem pequena propriedade, 60% possuem médias propriedades e apenas 14% possuem grandes propriedades.

Para melhor entendimento, analisado o ambiente da pesquisa as propriedades foram classificadas em:

- a) pequena propriedade: Até 5 alqueires
- b) propriedade média: de 6 a 59 alqueires
- c) propriedade grande: de 60 ou mais alqueires

Gráfico 8 - Qual o tamanho das propriedades em alqueires



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre o fato de possuir propriedades em outros locais, 15%, que equivale a somente 5 produtores dos 27 entrevistados, responderam positivamente, conforme o Gráfico 9. Em conversa informal, foi relatado que essas propriedades são localizadas no país vizinho, Paraguai.

Gráfico 9 - Possui propriedades em outra localização

Fonte: Dados da pesquisa

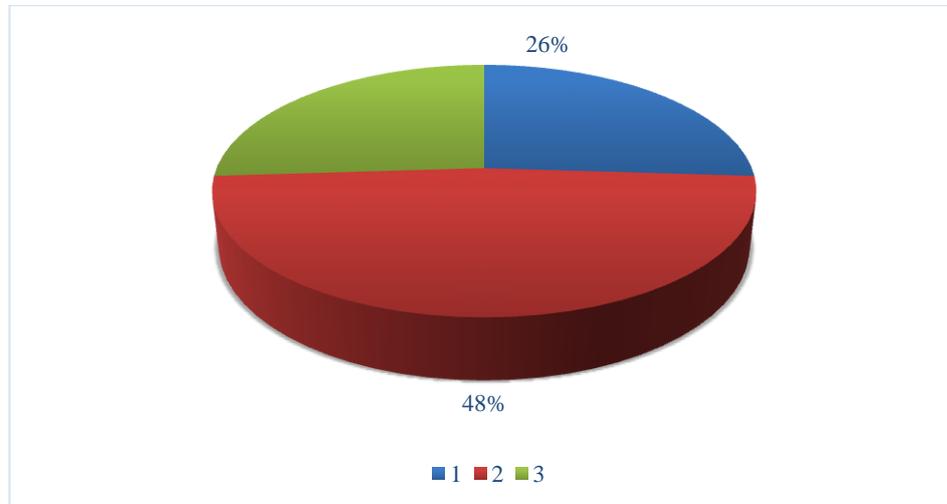
Esses dados comprovam que a política do enraizamento nas comunidades é alta. No entanto, quando considerados os produtores que afirmaram ter propriedades externas à região pesquisada, é possível compreender através do Gráfico 10, que essas áreas são relativamente de grande extensão.

Gráfico 10 - Qual o tamanho das propriedades externas à região pesquisada

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro fator questionado foi em relação ao número de pessoas que trabalham na propriedade. Nessa indagação, 26% disseram que somente uma pessoa trabalha na propriedade, outros 26% responderam que trabalham três pessoas e 48% contrapuseram que trabalham duas pessoas na propriedade, conforme Gráfico 11.

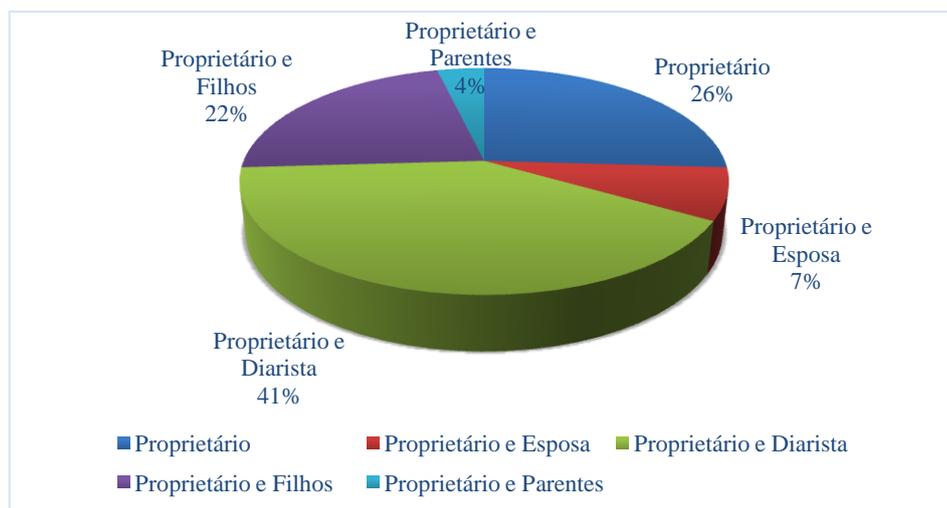
Gráfico 11 - Número de pessoas que trabalham na propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como é importante considerar a quantidade de trabalhadores nas propriedades, é válido, também, saber quem são eles. Nesse quesito, como é possível analisar através do Gráfico 12, 41% afirmaram ser o proprietário e diarista(s), 26% apenas o proprietário, 23% o proprietário e filho(s), 7% o proprietário e seu cônjuge, e 3% o proprietário e parente(s).

Gráfico 12 - Quais são as pessoas que trabalham na propriedade



Fonte: Dados da pesquisa.

A busca pela mão de obra terceirizada sem vínculo empregatício ainda é alta, para Marcelino (2013), no Brasil, ela se tornou na estrutura do mercado de trabalho, pois nos

últimos vinte anos da história do país, é o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão (e redução) dos custos com a força de trabalho.

No terceiro grupo do questionário, buscou-se avaliar a média de produção da última safra de soja, milho e trigo. Geralmente são cultivadas duas safras por ano, a safra de verão, que é plantada final de setembro a final de novembro, com colheita até o final do mês de março, e a safra de inverno, que geralmente é plantada no início de fevereiro até o final de março, com colheita prevista para meados de julho. Respeita-se, neste entremeio, de 60 a 70 dias de vazio sanitário, que é um período de limpeza e desinfecção da terra.

O referido grupo é constituído pelas questões 13 e 14, presentes na Tabela 5.

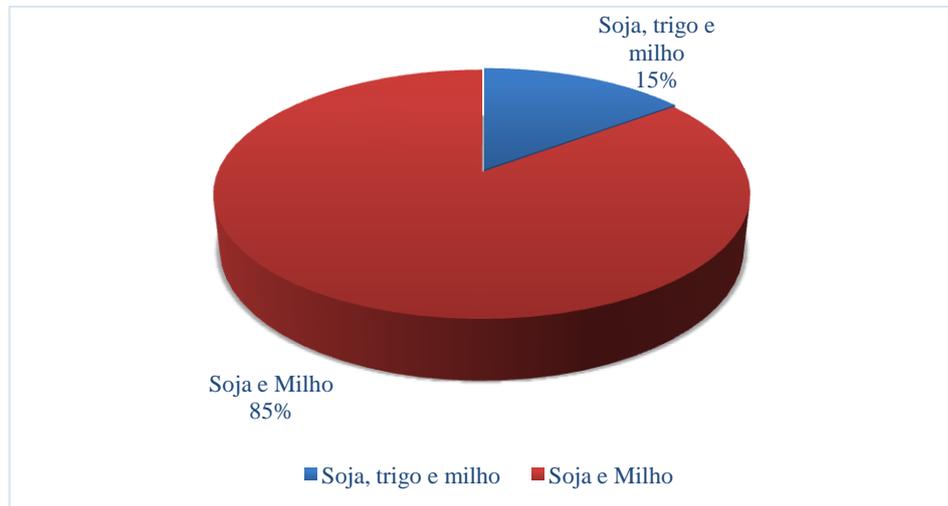
Tabela 5 - Média de produção da última safra

Número das questões		13	14	14	14
Nº	Agricultor (a)	São produzidos soja, trigo e milho	Média de prod. milho	Média de prod. trigo	Média de prod. soja
1	A	2	260	-	155
2	B	2	275	-	158
3	C	2	200	-	108
4	D	2	250	-	140
5	E	2	307	-	170
6	F	2	227	-	154
7	G	2	269	-	163
8	H	1	270	90	160
9	I	2	256	-	166
10	J	1	215	120	140
11	K	2	230	-	140
12	L	1	280	150	123
13	M	2	250	-	125
14	N	2	230	-	156
15	O	2	240	-	130
16	P	2	190	-	120
17	Q	2	200	-	130
18	R	2	290	-	155
19	S	2	255	-	138
20	T	2	268	-	170
21	U	1	220	140	156
22	V	2	280	-	144
23	W	2	240	-	155
24	X	2	250	-	115
25	Y	2	250	-	158
26	Z	2	270	-	140
27	AA	2	260	-	152

Fonte: Dados da pesquisa.

Os questionamentos foram direcionados por agrupamentos de culturas, no qual 85% dos produtores afirmaram cultivar somente soja e milho, enquanto que 15% asseguraram produzir soja, milho e trigo, que pode ser verificado no Gráfico 13.

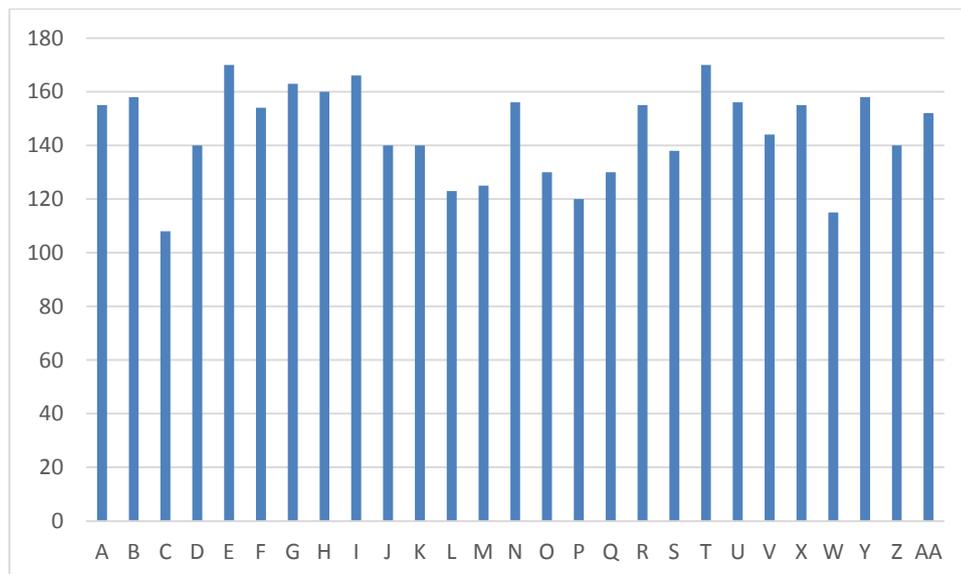
Gráfico 13 - Diversificação de culturas



Fonte: Dados da pesquisa.

Tendo avaliado a diversificação da produção, buscou-se, então, comparar a média de produção dessas culturas. O gráfico 14 apresenta as média de produção de soja:

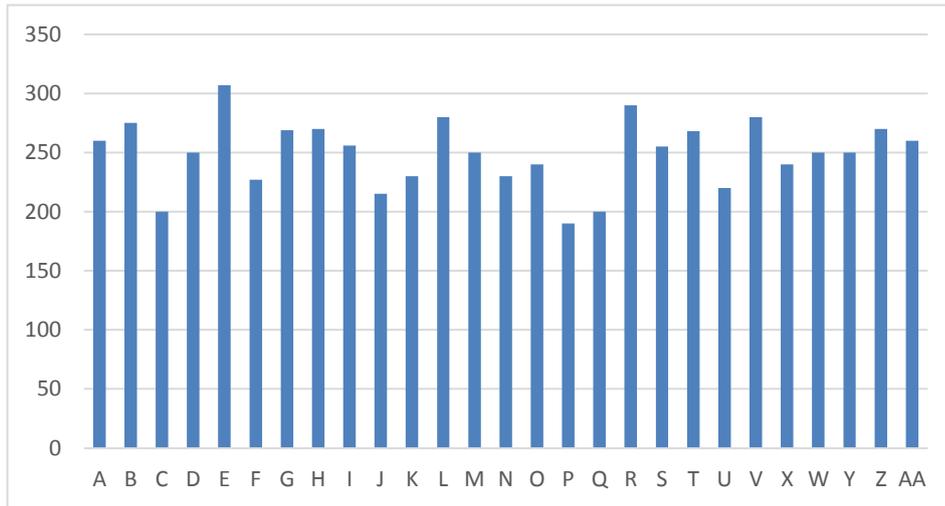
Gráfico 14 - Média de produção de soja.



Fonte: Dados da pesquisa.

Não há uma grande disparidade de médias de produção entre as propriedades, fato que pode ser justificado pela uniformidade da qualidade do solo, adubação e fertilização constantes, que otimizam a produção e garantem a produtividade em safras posteriores. O que ocorre também quando analisada a média de produção do milho, conforme o Gráfico 15.

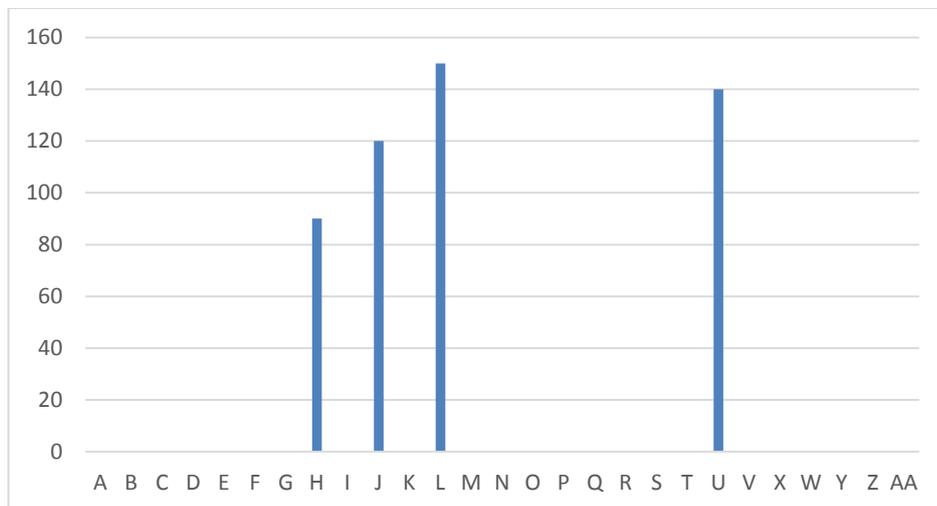
Gráfico 15 - Média de produção de milho



Fonte: Dados da pesquisa.

A baixa representatividade de produtores de trigo, foi justificada pelos entrevistados, em conversa informal pelos riscos elevados de seu cultivo, como clima, doenças e pragas, em maior intensidade que as demais. O gráfico 16 apresenta a média de produção entre as propriedades, no qual é possível visualizar a disparidade de produção entre os produtores H e L, fato que pode ser explicado pelos riscos mencionados.

Gráfico 16 - Média de produção de trigo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após comparadas as médias de produção realizou-se, também, uma média do custo de produção de cada *commodity*. Esses valores não eram uma questão da pesquisa, no entanto, evidenciou-se a importância desses dados para auferir a renda líquida real de cada produtor. Assim, esse questionamento foi realizado informalmente, as respostas não diferiram muito, então fez-se uma média de porcentagem do custo informado.

Já em relação ao valor de venda do produto, várias pesquisas foram realizadas sobre cotações de preços. Em meio às cotações verificou-se um dado relevante, uma expressiva disparidade de valores ofertados, mesmo dentro do próprio Estado.

Esse fator dificultou a chegar a uma média somente com os dados encontrados, considerou-se então o valor de venda encontrado na Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, que publica os valores de *commodities* do Estado, com cotação diária, juntamente com o valor de venda informado pelos agricultores no município de Palotina-Pr, resultando na média utilizada nessa pesquisa, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Cotação do preço commodities 06-07-2015 (R\$)

Produto- Tipo	Apucarana	Campo Mourão	Cascavel	Curitiba	Média do dia
Milho Comum 60 saca Kg	20,40	20,40	19,50	20,20	20,80
Soja Industrial saca 60 Kg	60,50	60,50	60,00	59,00	60,97
Trigo saca 60 kg	33,00	Sem cotação	32,00	34,00	33,85

Fonte: adaptado pela autora dados extraídos Celepar - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná.

Na busca de realizar uma média aproximada do lucro real das safras, conforme o tamanho da propriedade, foram elaboradas tabelas de cálculo utilizando-se dos valores de produção informados pelos entrevistados. A base de cálculo consistiu no tamanho real de suas áreas de plantio *versus* a produção informada por tipo de cultura, *versus* o preço médio de venda dessas *commodities*, subtraída a média de custo informado por eles.

Como já informado obteve-se o percentual de custos com os produtores, no caso do milho chegou-se a aproximadamente 50% de custo de produção, ou seja, metade do valor recebido pela produção é custo, segundo eles. A Tabela 7 apresenta os dados referentes ao custo de produção e previsão de lucros do milho.

Tabela 7 - Média de Produção x Custo Milho

Produtor	Área de Plantio (alq.)	Média de Prod. milho	Preço de venda saca (2015)	Renda Bruta Safra	Média de custo de produção	Previsão de lucros
A	5,5	260	27	R\$ 38.610,00	R\$ 19.305,00	R\$ 19.305,00
B	35	275	27	R\$ 259.875,00	R\$ 129.937,50	R\$ 129.937,50
C	4,5	200	27	R\$ 24.300,00	R\$ 12.150,00	R\$ 12.150,00
D	32	250	27	R\$ 216.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00
E	4,7	307	27	R\$ 38.958,30	R\$ 19.479,15	R\$ 19.479,15
F	60	227	27	R\$ 367.740,00	R\$ 183.870,00	R\$ 183.870,00
G	6,5	269	27	R\$ 47.209,50	R\$ 23.604,75	R\$ 23.604,75
H	8,5	270	27	R\$ 61.965,00	R\$ 30.982,50	R\$ 30.982,50
I	20	256	27	R\$ 138.240,00	R\$ 69.120,00	R\$ 69.120,00
J	17	215	27	R\$ 98.685,00	R\$ 49.342,50	R\$ 49.342,50
K	15,5	230	27	R\$ 96.255,00	R\$ 48.127,50	R\$ 48.127,50
L	130	280	27	R\$ 982.800,00	R\$ 491.400,00	R\$ 491.400,00
M	35	250	27	R\$ 236.250,00	R\$ 118.125,00	R\$ 118.125,00
N	48	230	27	R\$ 298.080,00	R\$ 149.040,00	R\$ 149.040,00
O	3,5	240	27	R\$ 22.680,00	R\$ 11.340,00	R\$ 11.340,00
P	16	190	27	R\$ 82.080,00	R\$ 41.040,00	R\$ 41.040,00
Q	3	200	27	R\$ 16.200,00	R\$ 8.100,00	R\$ 8.100,00
R	90	290	27	R\$ 704.700,00	R\$ 352.350,00	R\$ 352.350,00
S	230	255	27	R\$ 1.583.550,00	R\$ 791.775,00	R\$ 791.775,00
T	41	268	27	R\$ 296.676,00	R\$ 148.338,00	R\$ 148.338,00
U	17	220	27	R\$ 100.980,00	R\$ 50.490,00	R\$ 50.490,00
V	16,5	280	27	R\$ 124.740,00	R\$ 62.370,00	R\$ 62.370,00
W	17	240	27	R\$ 110.160,00	R\$ 55.080,00	R\$ 55.080,00
X	2,5	250	27	R\$ 16.875,00	R\$ 8.437,50	R\$ 8.437,50
Y	4,2	250	27	R\$ 28.350,00	R\$ 14.175,00	R\$ 14.175,00
Z	26	270	27	R\$ 189.540,00	R\$ 94.770,00	R\$ 94.770,00
AA	18	260	27	R\$ 126.360,00	R\$ 63.180,00	R\$ 63.180,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar que a renda com a produção é relativamente alta, em contrapartida, os custos para o cultivo demandam a metade dessa renda. É importante considerar que para os produtores o custo é feito em sacas de milho, os 50% significam 120 sacas por alqueire, utilizando-se uma média de produção de 240 sacas.

Na Tabela 8 será demonstrado o mesmo cálculo, mas com a produção de soja. Nessa *commodity* obteve-se o percentual de aproximadamente 80% de custo na sua produção, segundo dados informados pelos produtores, visto que para os produtores numa média de 140 sacas colhidas por alqueire de soja 112 significam custos para sua produção.

Tabela 8 - Média de Produção x Custo Soja

Proprietário	Área de plantio (alq.)	Média de Prod. de Soja	Preço Unitário Saca (2015)	Renda Bruta	Média de Custo de Produção	Previsão de Lucros
A	5,5	155	56	R\$ 47.740,00	R\$ 38.192,00	R\$ 9.548,00
B	35	158	56	R\$ 309.680,00	R\$ 247.744,00	R\$ 61.936,00
C	4,5	108	56	R\$ 27.216,00	R\$ 21.772,80	R\$ 5.443,20
D	32	140	56	R\$ 250.880,00	R\$ 200.704,00	R\$ 50.176,00
E	4,7	170	56	R\$ 44.744,00	R\$ 35.795,20	R\$ 8.948,80
F	60	154	56	R\$ 517.440,00	R\$ 413.952,00	R\$ 103.488,00
G	6,5	163	56	R\$ 59.332,00	R\$ 47.465,60	R\$ 11.866,40
H	8,5	160	56	R\$ 76.160,00	R\$ 60.928,00	R\$ 15.232,00
I	20	166	56	R\$ 185.920,00	R\$ 148.736,00	R\$ 37.184,00
J	17	140	56	R\$ 133.280,00	R\$ 106.624,00	R\$ 26.656,00
K	15,5	140	56	R\$ 121.520,00	R\$ 97.216,00	R\$ 24.304,00
L	130	123	56	R\$ 895.440,00	R\$ 716.352,00	R\$ 179.088,00
M	35	125	56	R\$ 245.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ 49.000,00
N	48	156	56	R\$ 419.328,00	R\$ 335.462,40	R\$ 83.865,60
O	3,5	130	56	R\$ 25.480,00	R\$ 20.384,00	R\$ 5.096,00
P	16	120	56	R\$ 107.520,00	R\$ 86.016,00	R\$ 21.504,00
Q	3	130	56	R\$ 21.840,00	R\$ 17.472,00	R\$ 4.368,00
R	90	155	56	R\$ 781.200,00	R\$ 624.960,00	R\$ 156.240,00
S	230	138	56	R\$ 1.777.440,00	R\$ 1.421.952,00	R\$ 355.488,00
T	41	170	56	R\$ 390.320,00	R\$ 312.256,00	R\$ 78.064,00
U	17	156	56	R\$ 148.512,00	R\$ 118.809,60	R\$ 29.702,40
V	16,5	144	56	R\$ 133.056,00	R\$ 106.444,80	R\$ 26.611,20
W	17	155	56	R\$ 147.560,00	R\$ 118.048,00	R\$ 29.512,00
X	2,5	115	56	R\$ 16.100,00	R\$ 12.880,00	R\$ 3.220,00
Y	4,2	158	56	R\$ 37.161,60	R\$ 29.729,28	R\$ 7.432,32
Z	26	140	56	R\$ 203.840,00	R\$ 163.072,00	R\$ 40.768,00
AA	18	152	56	R\$ 153.216,00	R\$ 122.572,80	R\$ 30.643,20

Fonte: Dados da pesquisa.

Além disso, buscou-se analisar a renda auferida pelo trigo, o qual apresentou maior lucro comparado as outras culturas. Entretanto ao alto risco de perca total da safra devem ser considerados outros custos que não se encontram relacionados na pesquisa como custos com

seguros. Obteve-se o percentual de aproximadamente 37% de custo na produção dessa cultura, podendo ser observados os dados na Tabela 9:

Tabela 9 - Média de Produção x Custo Trigo

Agricultor (a)	Área de Plantio (alq.)	Preço Um. Venda Saca (2015)	Média Produção de Milho	Renda Bruta Safra	Média de Custo de Produção	Previsão de Lucros
H	8,5	R\$ 34,00	90	R\$ 26.010,00	R\$ 9.623,70	R\$ 16.386,30
J	17	R\$ 34,00	120	R\$ 69.360,00	R\$ 25.663,20	R\$ 43.696,80
L	130	R\$ 34,00	150	R\$ 663.000,00	R\$ 245.310,00	R\$ 417.690,00
U	17	R\$ 34,00	140	R\$ 80.920,00	R\$ 29.940,40	R\$ 50.979,60

Fonte: Dados da pesquisa

Para Maggian (2009), por ser uma cultura de inverno, o cultivo do trigo começou a ser adotado no país como uma opção de rotação às culturas de verão. Atualmente, além dos fatores externos que afetam a decisão do produtor em aumentar ou não a área de trigo, no Brasil há grande concorrência com o milho safrinha, especialmente no Sul do país.

O autor ainda explica que um dos fatores que também contribuem para a baixa opção dos agricultores em cultivar esse tipo de cultivo foi a que estatização retirou o grão do mercado em diversos elos da cadeia e pequenos produtores menos eficientes foram eliminados do processo, para que grandes produtores adequados à modernização pudessem desenvolver melhor o setor.

Porém o resultado obtido não foi como o planejado, houve grande desânimo no mercado e em 1995 o Brasil produzia apenas 25% do que produziu no final dos anos 80. O governo brasileiro até tentou reerguer o setor, porém o receio quanto ao impacto que isso geraria na inflação do País era grande. O agricultor, sem condições de se manter no mercado e enfrentar a concorrência com o produto importado, começou a diminuir progressivamente a área plantada. Por isso, a Argentina é a principal fornecedora do produto ao Brasil, devido ao excedente interno, ao menor custo de produção de aproximadamente 40% do valor gasto no Brasil e das menores tarifas, favorecido pelos acordos do MERCOSUL MAGGIAN (2009).

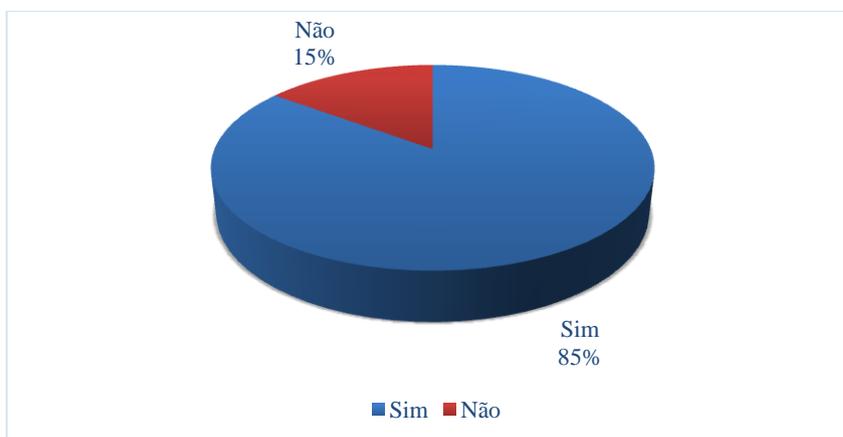
No quarto grupo de análise, constituído pelas questões dos números 15 a 20, buscou-se classificar a quantidade de produtores que possuíam maquinários próprios, bem como elencar os tipos de maquinários existentes. Ainda buscou-se avaliar se os produtores que possuíam maquinário utilizam em conjunto serviços de terceiros, e quem seriam eles, e se

ainda existe algum contrato formal dessa transação. A Tabela 10, na página seguinte, demonstra os dados encontrados:

- a) campo possui maquinários próprios: (1) sim e (2) não;
- b) campo quais são próprios: (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (2) trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira, (3) trator, plantadeira e pulverizador, (4) trator e plantadeira. (5) trator e pulverizador, (6) colheitadeira e caminhão, (7) nenhum, (8) trator, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (9) caminhão, (10) plantadeira, colheitadeira e caminhão, (11) trator, plantadeira, pulverizador e caminhão;
- c) campo utiliza maquinários de terceiros: (1) sim, (2) não
- d) campo quais são de terceiros: (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (2) trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira, (3) trator, plantadeira e pulverizador, (4) trator e plantadeira. (5) trator e pulverizador, (6) colheitadeira e caminhão, (7) nenhum, (8) trator, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (9) caminhão, (10) plantadeira, colheitadeira e caminhão, (11) trator, plantadeira, pulverizador e caminhão;
- e) campo de quem são?:(1) Vizinho de lavoura, (2) Parente, (3) Outro;
- f) campo existe contrato formal: (1) sim, (2) não.

Analisando os dados tabulados verificou-se que dos 85% dos entrevistados afirmaram possuir maquinários próprios e somente 15% não possuem nenhum maquinário, valendo-se da terceirização total para o cultivo das culturas no decorrer do ano, conforme ressaltado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Quantidade de maquinários próprios versus terceirizados



Fonte: Dados da pesquisa.

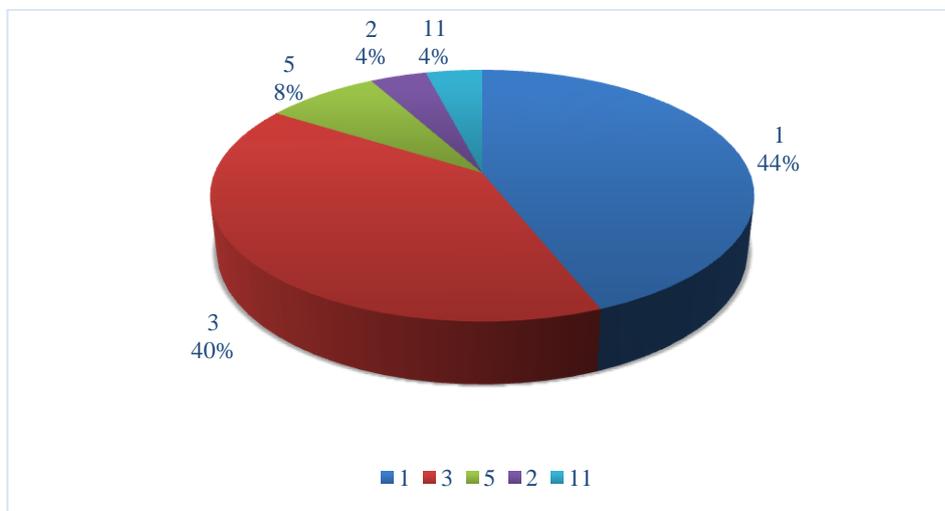
Tabela 10 - Perguntas de 15 a 20 – Caracterização dos maquinários

Número das questões		15	16	17	18	19	20
Nº	Agricultor(a)	Possui maquinários próprios	Quais são próprios	Utiliza maquinário de terceiros	Quais são de terceiros	De quem são	Existe Contrato Formal
1	A	1	3	1	6	2	2
2	B	1	3	1	6	2	2
3	C	1	3	1	6	2	2
4	D	1	1	2			
5	E	2	7	1	1	1	2
6	F	1	1	1	8	2	2
7	G	2	7	1	1	2	2
8	H	2	7	1	1	1	2
9	I	1	3	1	6	1	2
10	J	1	3	1	6	1	2
11	K	1	3	1	6	1	2
12	L	1	1	1	9	1	2
13	M	1	1	2			
14	N	1	3	1	6	2	2
15	O	1	2	1	9	1	2
16	P	1	5	1	10	1	2
17	Q	1	3	1	6	2	2
18	R	1	1	2			
19	S	1	1	2			
20	T	1	3	1	6	1	2
21	U	1	11	1	6	1	2
22	V	1	1	2			
23	W	1	1	2			
24	X	1	5	1	10	2	2
25	Y	2	7	1	1	1	2
26	Z	1	1	2			
27	AA	1	1	2			

Fonte: Dados da pesquisa.

Destes, 85% que representam 23 produtores, afirmaram possuir maquinários próprios. Quando questionados quais maquinários possuem, 44% responderam que possuem todos os maquinários necessários para o início ao fim da safra das culturas, sendo: trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão. Já 40% responderam possuir trator, plantadeira e pulverizador. Por outro lado, 8% possuem apenas trator e pulverizador, em contrapartida 4% possuem trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira e os outros 4% possuem trator, plantadeira, pulverizador e caminhão. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 18:

Gráfico 18 - Caracterização de maquinários próprios



Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesse gráfico são utilizados os seguintes códigos:

- a) (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão;
- b) (2) trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira;
- c) (3) trator, plantadeira e pulverizador;
- d) (5) trator e pulverizador;
- e) (11) trator, plantadeira, pulverizador e caminhão;

Conforme o Gráfico 18, menos da metade dos produtores possui maquinários apropriados para iniciar com plantio até a entrega das *commodities* nos armazéns.

Quando questionados sobre a necessidade de terceirizar maquinários para realizar a safra, dos 27 produtores entrevistados, 19 afirmam que utilizam maquinários de terceiros, devido aos maquinários que possuem não atenderem a demanda de trabalho, ou por não

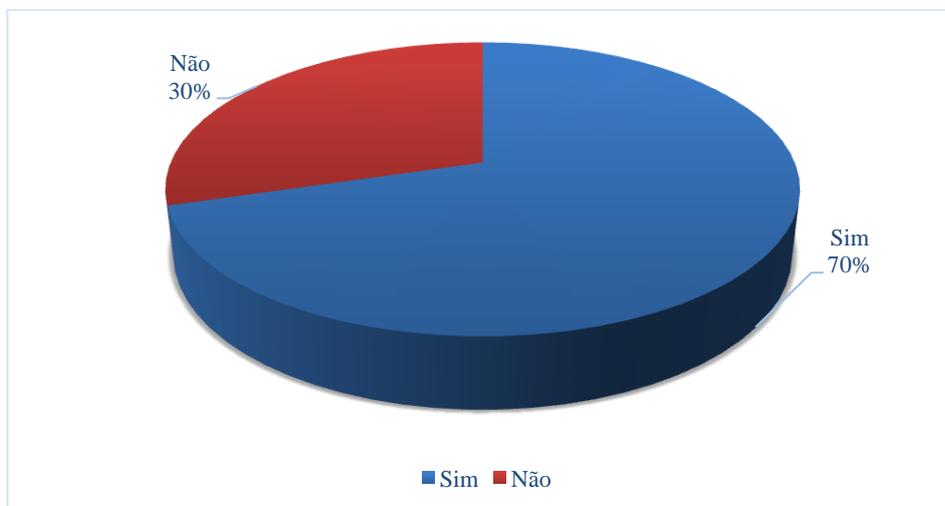
possuírem todos os maquinários necessários ou ainda devido ao alto estágio de depreciação que inviabiliza a utilização desses.

Segundo relatado pelos entrevistados, alguns fatores que influenciam diretamente a necessidade de terceirização são as interferências climáticas e as patógenas: “plantar em clima favorável”, “não deixar os bichos comerem a planta”, “colher logo para não perder produção”; demandam, então, a terceirização em virtude de propiciar redução de tempo nas etapas do processo produtivo.

Para Laurenti (2008), com a redução do tempo de rotação do capital, o empreendedor da produção agrícola passa a se defrontar apenas com as despesas proporcionais ao volume de produção e com menor risco de falência.

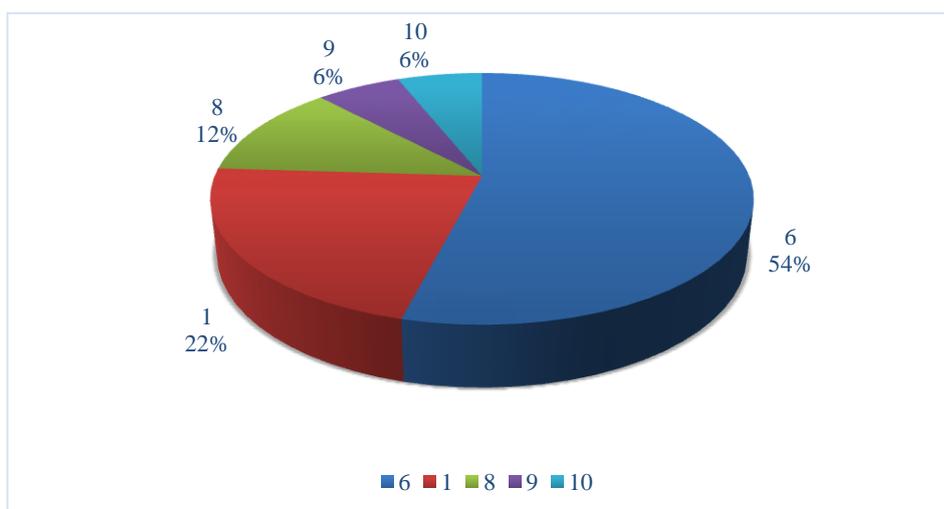
Apenas 30% dos produtores afirmam não necessitar deste tipo de serviço, a terceirização em nenhuma das fases da safra, dado representado pelo Gráfico 19, expondo, de forma quantitativa, a representatividade da terceirização no uso dos equipamentos agrícolas pelos entrevistados.

Gráfico 19 - Representatividade da terceirização



Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando questionados aos 19 produtores que afirmaram utilizar maquinário terceirizado, pode-se perceber que 54% utilizam colheitadeira e caminhão, 22% utilizam todas as máquinas, 12% somente plantadeira, 6% caminhão e os outros 6% plantadeira, colheitadeira e caminhão. A alta porcentagem de colheitadeira e caminhão terceirizados são basicamente devido ao seu alto custo de aquisição e manutenção. Os dados estão descritos no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Classificação de maquinários terceirizados

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesse gráfico são utilizados os seguintes códigos:

- a) (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão;
- b) (6) colheitadeira e caminhão;
- c) (8) plantadeira;
- d) (9) caminhão;
- e) (10) plantadeira, colheitadeira e caminhão.

Mesmo não sendo uma questão da pesquisa, viu-se a necessidade de perguntar aos produtores a quantidade de maquinários que possuíam e o ano destes. Porém nem todos souberam ou quiseram informar estes dados.

Com os dados adquiridos na Tabela 11, localizada na página seguinte, pode-se observar que a maioria dos maquinários é antiga, o que pode ser um indicativo de que os proprietários não têm capital suficiente para renovar sua frota.

Tabela 11 - Ano de fabricação dos maquinários

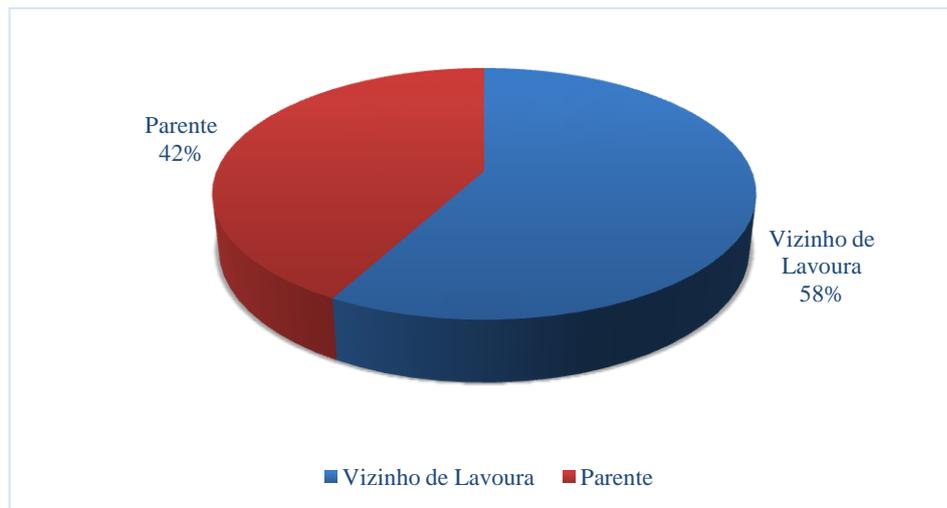
Agricultor	Trator/Qtidade	Pulverizador/Qtidade	Plantadeira/Qtidade	Colheitadeira/Qtidade	Caminhão/Qtidade
A	2010/1	1998/1	1998/1	0	0
B	2002-2012/2	2012/1	2012/1		
C	Não informou	Não informou	Não informou		
D	2006/2	2003/1	2003/1	2004/1	2004/1
F	1984-2013/2	1980-2013/2	0	1999-2002-2013/3	1976/1
I	2003-2013/2	2002/1	2006/1		
J	1980/1	1986/1	1987/1		
K	1976/1	1989/1	1984/1		
L	2010-2004- 1994-2014/4	2014/1	1988-2009/2	2013/1	1972-1998/2
M	2000/2	2000/1	2000/1	2000/1	2000/1
N	Não informou				
O	Não informou				
P	Não informou				
Q	Não informou				
R	Não informou				
S	Não informou				
T	Não informou				
U	Não informou				
V	2012	1997/1	2012/1	2008-2009-2	
W	Não informou				
X	1987	1970/1			
Z	1974-1988- 2011-2009/4	2005/1	1997/1	1984/1	
AA	2006	2002/1	2004/1	1985/1	1981-1997/2

Fonte: Dados da Pesquisa

Quando questionados sobre de quem terceirizam os maquinários, dos 19 que responderam utilizar desse tipo de serviço, 11 afirmaram que esses maquinários e mão de obra são de vizinhos de lavoura e 8 responderam que são de parentes próximos e de lavoura também, conforme apresentado pelo Gráfico 21, localizado na página seguinte.

Diante desses dados pode-se visualizar a presença da teoria da ação coletiva nessas comunidades, pois, segundo Olson (1999), ela surge a partir de interesses comuns em que os indivíduos a planejam coordenadamente para acontecer.

Como também contribui North (1994) afirmando o ambiente organizacional está correlacionado a cooperação entre os agentes que se unem para alcançar um objetivo comum, pois acreditam na maior eficiência da ação coletiva comparada as individuais.

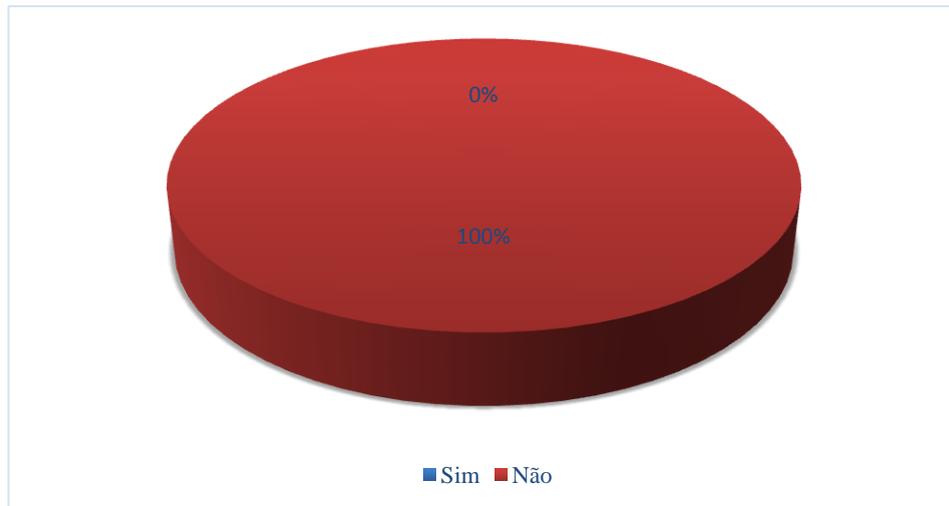
Gráfico 21- Caracterização de prestadores de serviço

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a existência de contratos formais nas transações de terceirização, 100% dos entrevistados responderam que não há nenhum tipo de formalização.

Em relação aos contratos, Ménard (2004) cita que esses podem ser formais ou informais e que fornecem maneiras de regular as transações entre os agentes das formas híbridas, de modo que criem uma reciprocidade transacional. São importantes para a cooperação entre os parceiros, podendo trazer vantagens (como garantia de partilha de recursos escassos) e desvantagens (como situações imprevisíveis e que não estão previstas no contrato).

Assim, com os dados analisados, pode-se verificar a análise de Williamson (1996) de que quando há ordem nas transações gera-se uma reputação que possibilita a continuidade de seu ganho entre as partes. Assim, para estes produtores a necessidade de contrato formal não existe.

Gráfico 22 - Existência de contratos formais

Fonte: Dados da pesquisa.

No quinto grupo de questões, buscou-se avaliar a opinião dos entrevistados sobre a terceirização, composto pelas perguntas 21 a 23, descritas na Tabela 12, que possui os seguintes códigos:

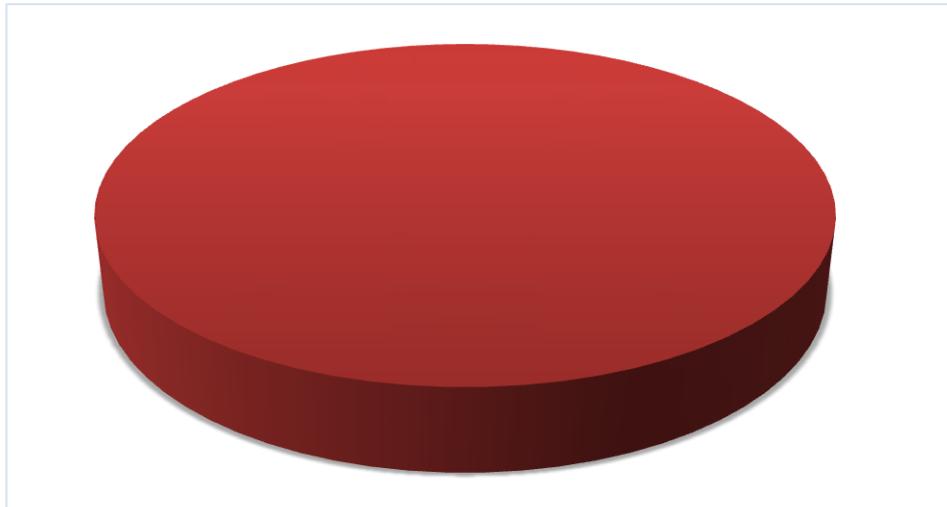
- a) campo considera a terceirização vantajosa? (1) sim e (2) não;
- b) campo terceiriza seus maquinários? (1) sim e (2) não;
- c) campo qual(ais) maquinário(s) é(são) terceirizado(s): (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (2) trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira, (3) trator, plantadeira e pulverizador, (4) trator e plantadeira. (5) trator e pulverizador, (6) colheitadeira e caminhão, (7) nenhum, (8) trator, pulverizador, colheitadeira e caminhão, (9) caminhão, (10) plantadeira, colheitadeira e caminhão, (11) trator, plantadeira, pulverizador e caminhão.

Tabela 12 - Fatores da terceirização – Perguntas de 21 à 23

Número das questões		21	22	23
Nº	Agricultor (a)	Considera terceirização vantajosa	Terceiriza seus maquinários	Qual (ais) maquinário é terceirizado
1	A	1	2	
2	B	1	1	6
3	C	1	2	
4	D		2	
5	E	1	2	
6	F	1	1	6
7	G	1	2	
8	H	1	2	
9	I	1	2	
10	J	1	2	
11	K	1	2	
12	L	1	2	
13	M		2	
14	N	1	2	
15	O	1	2	
16	P	1	2	
17	Q	1	2	
18	R		1	6
19	S		2	
20	T	1	1	1
21	U	1	1	3
22	V		1	6
23	W		2	
24	X	1	2	
25	Y	1	2	
26	Z		2	
27	AA		1	6

Fonte: Dados da pesquisa.

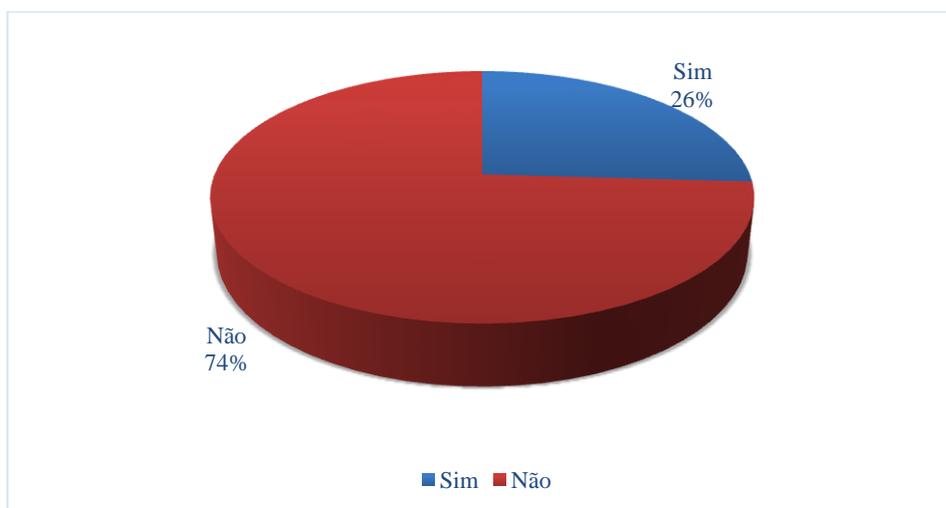
Dos produtores que responderam utilizar maquinários terceirizados, 100% afirmaram ser vantajoso esse tipo de transação, conforme Gráfico 23, localizado na página seguinte.

Gráfico 23 - Opinião sobre a vantagem da terceirização

Fonte: Dados da pesquisa.

Em questionamento informal se já fizeram algum tipo de cálculo matemático para comprovar a viabilidade da terceirização, todos afirmaram que não, mas fazem média desse valor comparando o custo da compra do maquinário e sua manutenção. Eles ainda afirmam que há falta poder aquisitivo para a compra desses implementos, tornando-se mais rentável portanto, a locação.

Já no que se refere a terceirizar seus maquinários próprios, apenas 7 dos 27 entrevistados afirmaram que a realizam, representando pelo Gráfico 24:

Gráfico 24 - Índice de terceirização de maquinários próprios

Fonte: Dados da pesquisa.

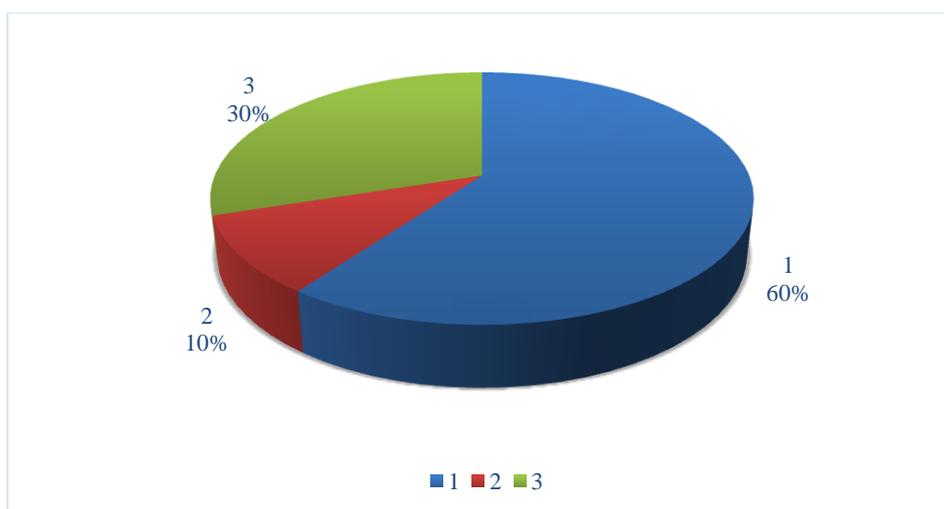
Visto à incidência de 7 de produtores que terceirizam seus maquinários, questionou-se quais eram esses maquinários. Dos entrevistados, 5 afirmaram locar trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão, enfim, todos os maquinários necessários. E outros 2 oferecem serviços de pulverização, plantio e colheita.

Observando esses dados, pode-se perceber que os 7 produtores que afirmaram terceirizar seus maquinários, são os que atendem as 3 comunidades que abrangem o campo de estudo.

No gráfico 25 são utilizados os seguintes códigos:

- a) (1) trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira e caminhão;
- b) (2) trator, plantadeira, pulverizador e colheitadeira;
- c) (3) trator, plantadeira e pulverizador.

Gráfico 25 - Maquinários terceirizados por produtores proprietários



Fonte: Dados da pesquisa.

Na última etapa desta análise, procurou-se identificar se além da produção de grãos se o proprietário possuía outro tipo de renda, e qual seria essa. Também se este possuía filhos homens, pois conforme já mencionado por Mello *et.al* (2003), a transmissão da propriedade ao filho homem garante a perpetuação da propriedade rural. Essas questões estão descritas na Tabela 13, que possui os seguintes códigos:

- a) campo possui outro tipo de renda na Propriedade: (1) sim e (2) não;
- b) campo qual atividade: (1) Avicultura, (2) piscicultura, (3) Suinocultura, (4) avicultura e piscicultura (5) Gado Leiteiro, (6) Suinocultura e piscicultura;
- c) campo Utiliza maquinários de terceiros: (1) sim e (2) não;

d) campo possui filhos homens? (1) sim e (2) não;

e) campo se interessam em manter a propriedade? (1) sim e (2) não.

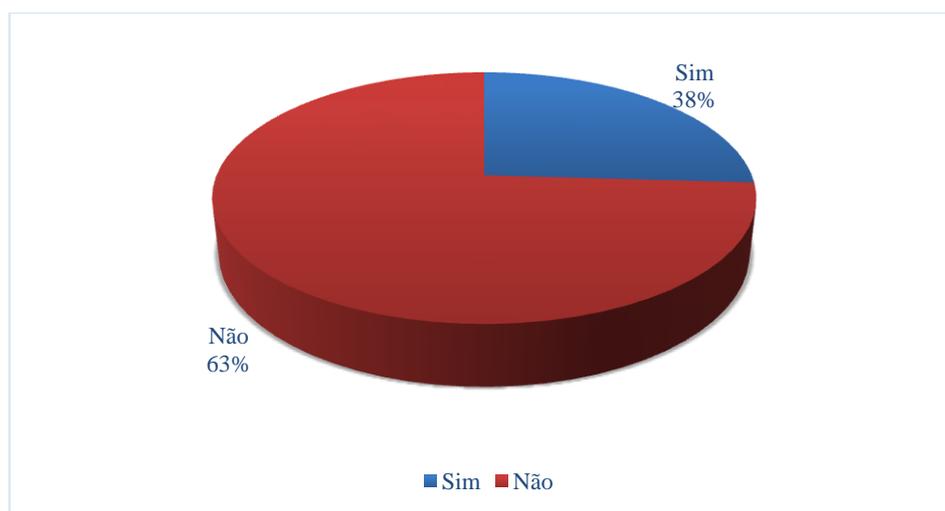
Tabela 13 - Renda extra e perpetuação da propriedade - Perguntas de 24 a 27

Número das questões		24	25	26	27
Nº	Agricultor(a)	Possui outro tipo de renda	Qual atividade	Possui filhos homens	Os filhos se interessam em manter a propriedade
1	A	1	6	1	1
2	B	1	1	1	2
3	C	2		2	
4	D	2		1	2
5	E	2		2	
6	F	2		1	2
7	G	1	3	1	1
8	H	1	5	1	2
9	I	2		2	
10	J	2		2	
11	K	2		1	1
12	L	2		1	1
13	M	1	1	1	1
14	N	2		1	2
15	O	2		1	1
16	P	1	1	1	2
17	Q	2		1	2
18	R	1	1	1	2
19	S	1	1	1	1
20	T	1	1	2	
21	U	2		1	2
22	V	2		1	1
23	W	1	4	1	1
24	X	2		1	2
25	Y	2		1	1
26	Z	2		2	
27	AA	2		1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à identificação de outro meio de renda, dos 27 produtores entrevistados, 38% que correspondem a 10 produtores, afirmaram possuir outro tipo de renda na propriedade o que diversifica a produção possibilitando um aumento na renda. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 26:

Gráfico 26 - Diversificação de renda

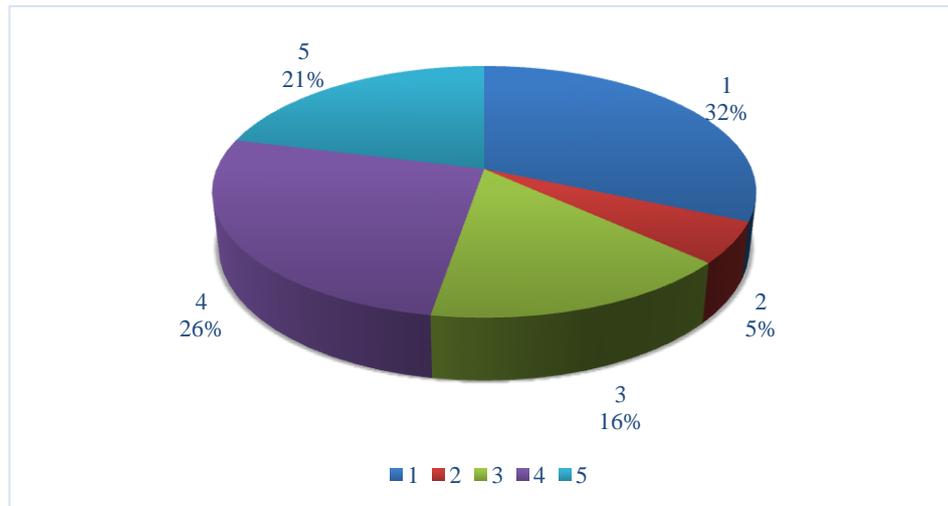


Fonte: Dados da pesquisa.

Dessas 10 propriedades que possuem outro meio de renda, 6 produzem aves e as outras 4 dividem-se entre suinocultura, avicultura, piscicultura e gado leiteiro. Esses dados confirmam que a pluriatividade é um meio dos produtores rurais se manterem no campo, conforme dados descritos no Gráfico 27, localizado na página seguinte.

No gráfico 27 são utilizados os seguintes códigos:

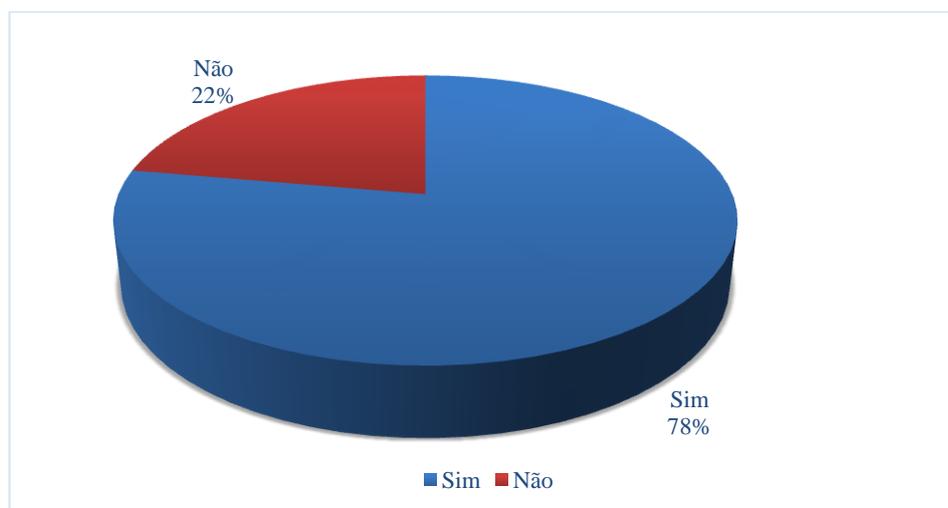
- a) (1) avicultura;
- b) (2) piscicultura;
- c) (3) suinocultura;
- d) (4) avicultura e piscicultura;
- e) (5) gado leiteiro.

Gráfico 27 - Diversificação de atividades

Fonte: Dados da pesquisa.

A integração lavoura-pecuária já é praticada há anos, de forma plena ou eventual, em muitos países. A utilização de resíduos de culturas na alimentação dos animais ou o pastejo das restevras de lavouras, por exemplo, são práticas frequentes em uso em várias regiões do Brasil. (Macedo, 2009).

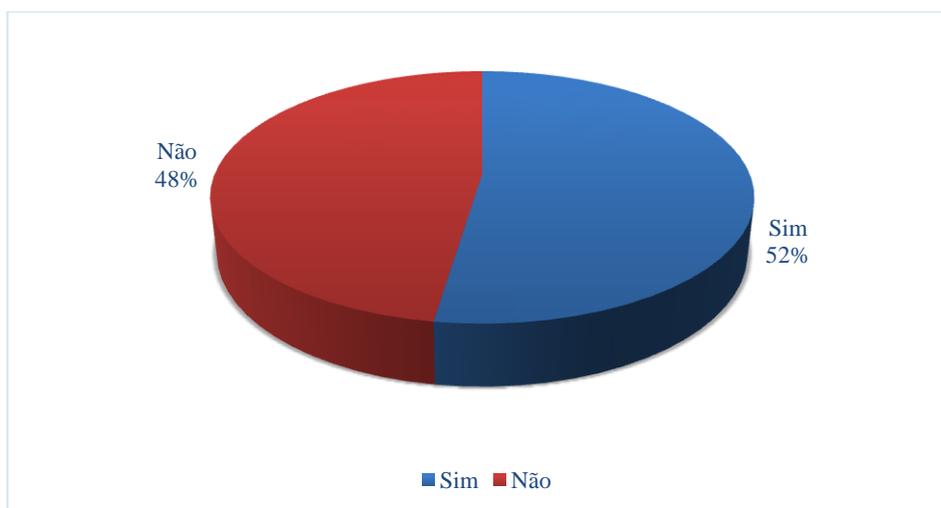
Já com relação a existência de filhos homens na família, verificou-se que dos 27 entrevistados, 21 responderam que possuem filhos homens, e somente 6 não possuem. Conforme descrito no Gráfico 28:

Gráfico 28 - Existência de filho homem na família.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da existência de filhos homens ser um indicativo positivo para a sucessão das atividades da propriedade, é necessário avaliar o interesse desses em prosseguir a atividade paterna. Nesse quesito, 11 entrevistados manifestaram interesse por parte dos filhos, em contrapartida, os outros 10 não apresentam interesse em manter a propriedade que, na sua maioria, já trabalham no comércio na cidade. Esses dados se comprovam no Gráfico 28:

Gráfico 29 - Avaliação de continuidade da propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa.

E, por fim, analisou-se a média do lucro anual dos proprietários entrevistados, momento em que se buscou ponderar os lucros de um ano de safra de culturas de soja e milho. Os dados para elaboração da Tabela 14, com o lucro anual, foram extraídos das Tabelas 7 e 8.

Na realização desse cálculo, usou-se a diferença entre o lucro bruto das duas culturas subtraindo seus custos, chegando a um valor de lucro líquido. Para uma melhor visualização da renda dos produtores dividiu-se a renda por doze meses.

Em paráfrase a Iudicibus (1998), a demonstração do resultado do exercício é, de certa forma, um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa (propriedade rural) em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas, e em seguida, indica-se o resultado (Lucro ou Prejuízo). Assim, encontra-se o resultado em número de dias, que é preciso do faturamento para financiar a necessidade de recursos para o giro dos empreendimentos.

O cálculo da cultura do trigo não foi realizado, pois somente 4 proprietários o produzem, o que dificulta um parâmetro para o cálculo em questão.

Tabela 14 – Cálculo do lucro líquido e renda das culturas de soja trigo e milho

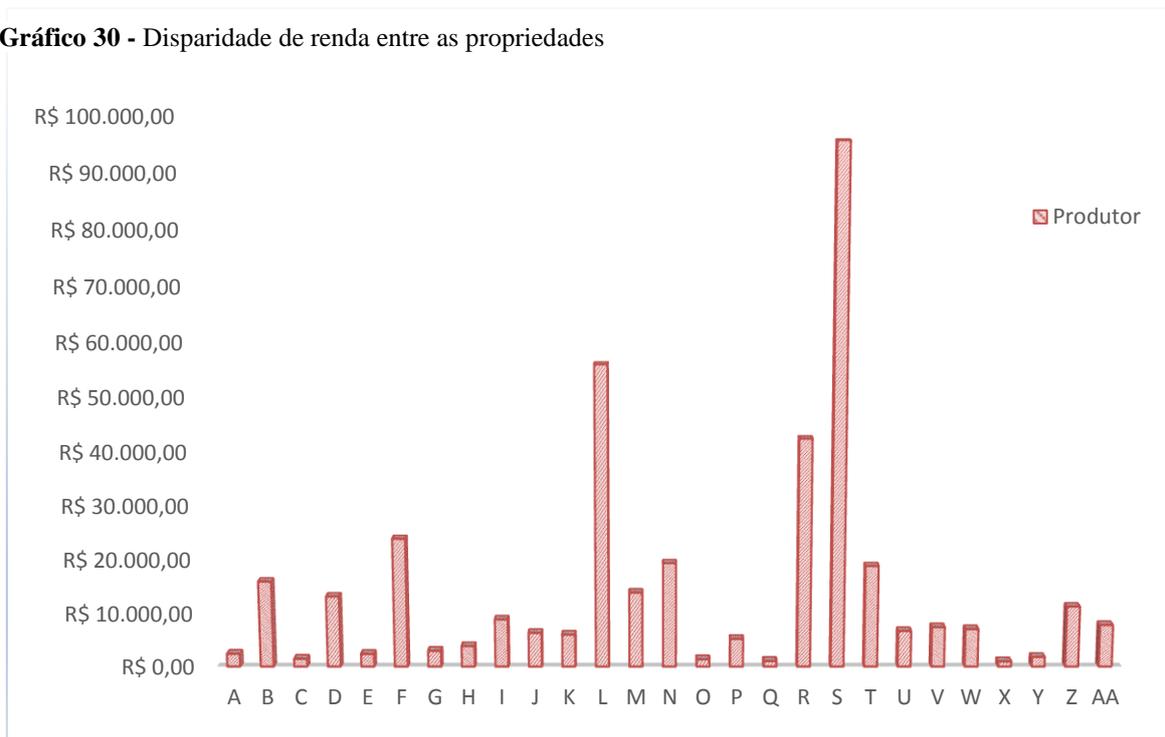
Propr.	Área de Plantio	Lucro Bruto Milho	Custo Milho	Lucro Bruto Soja	Custo Soja	Lucro Bruto Total	Custo Total	Lucro Líquido Anual	Divisão renda por 12 meses
A	5,5	R\$ 38.610,00	R\$ 19.305,00	R\$ 47.740,00	R\$ 38.192,00	R\$ 86.350,00	R\$ 57.497,00	R\$ 28.853,00	R\$ 2.404,42
B	35	R\$ 259.875,00	R\$ 129.937,50	R\$ 309.680,00	R\$ 247.744,00	R\$ 569.555,00	R\$ 377.681,50	R\$ 191.873,50	R\$ 15.989,46
C	4,5	R\$ 24.300,00	R\$ 12.150,00	R\$ 27.216,00	R\$ 21.772,80	R\$ 51.516,00	R\$ 33.922,80	R\$ 17.593,20	R\$ 1.466,10
D	32	R\$ 216.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 250.880,00	R\$ 200.704,00	R\$ 466.880,00	R\$ 308.704,00	R\$ 158.176,00	R\$ 13.181,33
E	4,7	R\$ 38.958,30	R\$ 19.479,15	R\$ 44.744,00	R\$ 35.795,20	R\$ 83.702,30	R\$ 55.274,35	R\$ 28.427,95	R\$ 2.369,00
F	60	R\$ 367.740,00	R\$ 183.870,00	R\$ 517.440,00	R\$ 413.952,00	R\$ 885.180,00	R\$ 597.822,00	R\$ 287.358,00	R\$ 23.946,50
G	6,5	R\$ 47.209,50	R\$ 23.604,75	R\$ 59.332,00	R\$ 47.465,60	R\$ 106.541,50	R\$ 71.070,35	R\$ 35.471,15	R\$ 2.955,93
H	8,5	R\$ 61.965,00	R\$ 30.982,50	R\$ 76.160,00	R\$ 60.928,00	R\$ 138.125,00	R\$ 91.910,50	R\$ 46.214,50	R\$ 3.851,21
I	20	R\$ 138.240,00	R\$ 69.120,00	R\$ 185.920,00	R\$ 148.736,00	R\$ 324.160,00	R\$ 217.856,00	R\$ 106.304,00	R\$ 8.858,67
J	17	R\$ 98.685,00	R\$ 49.342,50	R\$ 133.280,00	R\$ 106.624,00	R\$ 231.965,00	R\$ 155.966,50	R\$ 75.998,50	R\$ 6.333,21
K	15,5	R\$ 96.255,00	R\$ 48.127,50	R\$ 121.520,00	R\$ 97.216,00	R\$ 217.775,00	R\$ 145.343,50	R\$ 72.431,50	R\$ 6.035,96
L	130	R\$ 982.800,00	R\$ 491.400,00	R\$ 895.440,00	R\$ 716.352,00	R\$ 1.878.240,00	R\$ 1.207.752,00	R\$ 670.488,00	R\$ 55.874,00
M	35	R\$ 236.250,00	R\$ 118.125,00	R\$ 245.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ 481.250,00	R\$ 314.125,00	R\$ 167.125,00	R\$ 13.927,08
N	48	R\$ 298.080,00	R\$ 149.040,00	R\$ 419.328,00	R\$ 335.462,40	R\$ 717.408,00	R\$ 484.502,40	R\$ 232.905,60	R\$ 19.408,80
O	3,5	R\$ 22.680,00	R\$ 11.340,00	R\$ 25.480,00	R\$ 20.384,00	R\$ 48.160,00	R\$ 31.724,00	R\$ 16.436,00	R\$ 1.369,67
P	16	R\$ 82.080,00	R\$ 41.040,00	R\$ 107.520,00	R\$ 86.016,00	R\$ 189.600,00	R\$ 127.056,00	R\$ 62.544,00	R\$ 5.212,00
Q	3	R\$ 16.200,00	R\$ 8.100,00	R\$ 21.840,00	R\$ 17.472,00	R\$ 38.040,00	R\$ 25.572,00	R\$ 12.468,00	R\$ 1.039,00
R	90	R\$ 704.700,00	R\$ 352.350,00	R\$ 781.200,00	R\$ 624.960,00	R\$ 1.485.900,00	R\$ 977.310,00	R\$ 508.590,00	R\$ 42.382,50
S	230	R\$ 1.583.550,00	R\$ 791.775,00	R\$ 1.777.440,00	R\$ 1.421.952,00	R\$ 3.360.990,00	R\$ 2.213.727,00	R\$ 1.147.263,00	R\$ 95.605,25
T	41	R\$ 296.676,00	R\$ 148.338,00	R\$ 390.320,00	R\$ 312.256,00	R\$ 686.996,00	R\$ 460.594,00	R\$ 226.402,00	R\$ 18.866,83
U	17	R\$ 100.980,00	R\$ 50.490,00	R\$ 148.512,00	R\$ 118.809,60	R\$ 249.492,00	R\$ 169.299,60	R\$ 80.192,40	R\$ 6.682,70
V	16,5	R\$ 124.740,00	R\$ 62.370,00	R\$ 133.056,00	R\$ 106.444,80	R\$ 257.796,00	R\$ 168.814,80	R\$ 88.981,20	R\$ 7.415,10
W	17	R\$ 110.160,00	R\$ 55.080,00	R\$ 147.560,00	R\$ 118.048,00	R\$ 257.720,00	R\$ 173.128,00	R\$ 84.592,00	R\$ 7.049,33
X	2,5	R\$ 16.875,00	R\$ 8.437,50	R\$ 16.100,00	R\$ 12.880,00	R\$ 32.975,00	R\$ 21.317,50	R\$ 11.657,50	R\$ 971,46
Y	4,2	R\$ 28.350,00	R\$ 14.175,00	R\$ 37.161,60	R\$ 29.729,28	R\$ 65.511,60	R\$ 43.904,28	R\$ 21.607,32	R\$ 1.800,61
Z	26	R\$ 189.540,00	R\$ 94.770,00	R\$ 203.840,00	R\$ 163.072,00	R\$ 393.380,00	R\$ 257.842,00	R\$ 135.538,00	R\$ 11.294,83
AA	18	R\$ 126.360,00	R\$ 63.180,00	R\$ 153.216,00	R\$ 122.572,80	R\$ 279.576,00	R\$ 185.752,80	R\$ 93.823,20	R\$ 7.818,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela fica claro a disparidade de renda entre os proprietários das 3 comunidades, realçando a diversidade que se pretendia encontrar no início da pesquisa, realizá-la com pequenos, médios e grandes produtores de grãos.

É de fácil visualização que dos 27 produtores, 10 auferem renda acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), renda hoje considerável para uma qualidade de vida. Porém esse índice é baixo, pois corresponde a 37% somente dos entrevistados.

É válido intensificar que apesar do lucro obtido pela maioria dos produtores nas safras, parece não ser suficiente para compra e manutenção de implementos agrícolas, o que confirma necessidade de terceirização, foco desta dissertação. No Gráfico 30 situa-se a disparidade de renda entre as propriedades.

Gráfico 30 - Disparidade de renda entre as propriedades

Fonte: Dados da pesquisa.

Visto a procura de terceirização de implementos agrícolas pela maioria dos entrevistados, buscou-se avaliar o poder de compra desses, para verificar se existe viabilidade financeira para tais aquisições ou comprovar a necessidade da terceirização. Dessa forma, verificou-se nas empresas de venda de implementos agrícolas localizadas no município de Palotina-Pr, representantes das multinacionais *New Holland* e *John Deere*, os valores de maquinários novos, com capacidade de realizar uma safra anual das culturas dessa pesquisa, numa propriedade de porte médio.

Essas duas marcas de maior renome no mercado na venda de implementos agrícolas foram utilizadas como base para cálculo. A *Deere & Company*, conhecida como John Deere, fundada em 1837, é uma corporação estadunidense sediada na localidade de *Moline*, estado de Illinois (Deere, 2015).

E a *New Holland*, fundada em 1903 por Abe Zimmerman na Pensilvânia, EUA. As duas empresas possuem fábricas localizadas no Brasil e seus representantes estão espalhados por todo o país (New Holland, 2015).

Na Tabela 15, na página seguinte, comparou-se os valores de implementos da *John Deere* e da *New Holland*.

Tabela 15 - Valores dos implementos da John Deere e New Holland

Marca	Caracterização do Maquinário	Modelo	Valor
<i>John Deere</i>	Trator	6110 Dual Duplado-Gabinado	R\$ 197.000,00
<i>New Holland</i>	Trator	TL 95 Gabinado	R\$ 125.000,00
<i>John Deere</i>	Pulverizador	Advance 2000 litros	R\$ 65.000,00
<i>New Holland</i>	Pulverizador	Advance 2000 litros	R\$ 90.000,00
<i>John Deere</i>	Plantadeira	9 linhas 1109	R\$ 106.000,00
<i>New Holland</i>	Plantadeira	11 linhas	R\$ 140.000,00
<i>John Deere</i>	Colheitadeira	1470	R\$ 388.000,00
<i>New Holland</i>	Colheitadeira	TC 5070	R\$ 370.000,00

Fonte: adaptado autora representantes *John Deere e New Holland* – Palotina -Pr.

Verifica-se que há uma média disparidade de preços entre as marcas, fato que se deve pelo tipo de tecnologia empregada naquele maquinário.

Para uma melhor verificação dessas diferenças na Tabela 16, somou-se todos os valores de implementos da empresa *John Deere*, chegando-se a um valor de R\$ 756.000,00, caso o agricultor fosse adquirir e pagar todos os implementos à vista.

Tabela 16 - Valor total dos maquinários para compra à vista John Deere (R\$)

Marca	Tipo	Valor
<i>John Deere</i>	Trator	197.000,00
<i>John Deere</i>	Pulverizador	65.000,00
<i>John Deere</i>	Plantadeira	106.000,00
<i>John Deere</i>	Colheitadeira	388.000,00
Total geral		756.000,00

Fonte: dados extraídos revendedora John Deere – Palotina

As imagens dos implementos informadas na pesquisa podem ser visualizadas na Figura 6, localizada na página anterior, que representa, neste caso, um possível produto a ser comprado por um dos entrevistados desta pesquisa.

Cumprе ressaltar, ainda, que as imagens foram extraídas dos *sites* das empresas investigadas e representam, de certa forma, os produtos vendidos na atualidade.

Figura 6 - Implementos agrícolas John Deere

Fonte: *site* da John Deere 2015.

A pesquisadora foi informada sobre a política de juros caso o produtor opte por financiar o maquinário em 10 anos, juros simples esses que hoje perfazem a casa de 7,5% ao ano. Dessa forma o valor da soma dos implementos sobe para R\$ 1.067.850,00 conforme demonstra a Tabela 17:

Tabela 17 - Total de Juros John Deere (R\$)

Prazo em anos	Montante	Parcela Capital	Projeção de Juros	Valor a Pagar Anual
1	R\$ 756.000,00	R\$ 75.600,00	R\$ 56.700,00	R\$ 132.300,00
2	R\$ 680.400,00	R\$ 75.600,00	R\$ 51.030,00	R\$ 126.630,00
3	R\$ 604.800,00	R\$ 75.600,00	R\$ 45.360,00	R\$ 120.960,00
4	R\$ 529.200,00	R\$ 75.600,00	R\$ 39.690,00	R\$ 115.290,00
5	R\$ 453.600,00	R\$ 75.600,00	R\$ 34.020,00	R\$ 109.620,00
6	R\$ 378.000,00	R\$ 75.600,00	R\$ 28.350,00	R\$ 103.950,00
7	R\$ 302.400,00	R\$ 75.600,00	R\$ 22.680,00	R\$ 98.280,00
8	R\$ 226.800,00	R\$ 75.600,00	R\$ 17.010,00	R\$ 92.610,00
9	R\$ 151.200,00	R\$ 75.600,00	R\$ 11.340,00	R\$ 86.940,00
10	R\$ 75.600,00	R\$ 75.600,00	R\$ 5.670,00	R\$ 81.270,00
Total				R\$ 1.067.850,00

Fonte: dados extraídos revendedora *John Deere* – Palotina-Pr.

Dividindo-se o valor total dos maquinários pelos anos de parcelas, chega-se à conclusão que o produtor precisa desembolsar anualmente valores iniciais de R\$ 132.300,00 e

finais de R\$ 81.270,00, equivalente a parcela mensal inicial de R\$ 11.025,00 e final de R\$ 6.772,50, conforme demonstra Tabela 18:

Tabela 18 - Valor anual à pagar maquinários John Deere (R\$)

Prazo em anos	Valor a Pagar Anual		Valor a pagar (Mensal)	
1	R\$	132.300,00	R\$	11.025,00
2	R\$	126.630,00	R\$	10.552,50
3	R\$	120.960,00	R\$	10.080,00
4	R\$	115.290,00	R\$	9.607,50
5	R\$	109.620,00	R\$	9.135,00
6	R\$	103.950,00	R\$	8.662,50
7	R\$	98.280,00	R\$	8.190,00
8	R\$	92.610,00	R\$	7.717,50
9	R\$	86.940,00	R\$	7.245,00
10	R\$	81.270,00	R\$	6.772,50
Total	R\$	1.067.850,00	R\$	88.987,50

Fonte: dados extraídos revendedora *John Deere* – Palotina-Pr.

Esses mesmos cálculos foram feitos para os maquinários da empresa *New Holland*, no sentido de comparar os valores entre elas. Já nessa empresa o valor total dos implementos, se caso o pagamento fosse efetuado à vista R\$ 725.000,00, conforme Tabela 19:

Tabela 19 - Valor total dos maquinários para compra à vista *New Holland* (R\$)

Marca	Tipo	Valor
New Holland	Trator	125.000,00
New Holland	Pulverizador	90.000,00
New Holland	Plantadeira	140.000,00
New Holland	Colheitadeira	370.000,00
Total geral		725.000,00

Fonte: dados extraídos revendedora *New Holland* – Palotina –Pr.

Nas Figuras 7, localizadas na página seguinte, verifica-se imagens de alguns maquinários informados para a pesquisa:

Figura 7 - Implementos agrícolas *New Holland*

Fonte: site da *New Holland* 2015.

Nessa empresa, os valores de juros e os anos para pagamento são os mesmos da *John Deere*, pois as duas buscam as mesmas linhas de crédito. Na Tabela 20, verifica-se que o valor total dos implementos somado aos juros para pagamento em 10 anos passa a ser R\$ 779.375,00, conforme Tabela 20:

Tabela 20 - Total de Juros *New Holland* (R\$)

Prazo em anos	Montante	Parcela Capital	Projeção de Juros	Valor a Pagar Anual
1	R\$ 725.000,00	R\$ 72.500,00	R\$ 54.375,00	R\$ 126.875,00
2	R\$ 652.500,00	R\$ 75.600,00	R\$ 48.937,50	R\$ 124.537,50
3	R\$ 576.900,00	R\$ 75.600,00	R\$ 43.267,50	R\$ 118.867,50
4	R\$ 501.300,00	R\$ 75.600,00	R\$ 37.597,50	R\$ 113.197,50
5	R\$ 425.700,00	R\$ 75.600,00	R\$ 31.927,50	R\$ 107.527,50
6	R\$ 350.100,00	R\$ 75.600,00	R\$ 26.257,50	R\$ 101.857,50
7	R\$ 274.500,00	R\$ 75.600,00	R\$ 20.587,50	R\$ 96.187,50
8	R\$ 198.900,00	R\$ 75.600,00	R\$ 14.917,50	R\$ 90.517,50
9	R\$ 123.300,00	R\$ 75.600,00	R\$ 9.247,50	R\$ 84.847,50
10	R\$ 47.700,00	R\$ 75.600,00	R\$ 3.577,50	R\$ 79.177,50
			Total	R\$ 1.043.592,50

Fonte: dados extraídos revendedora *New Holland* – Palotina –Pr.

O valor anual para o produtor desembolsar será inicialmente de R\$ 126.875,00 e final de R\$ 79.177,50, equivalente a uma parcela mensal inicial de R\$ 10.572,92 e final de R\$ 6.598,13, conforme demonstra a Tabela 21.

Tabela 21 - Valor anual a pagar maquinários *New Holland* (R\$)

Prazo em anos	Valor a Pagar Anual		Valor a pagar mensal	
1	R\$	126.875,00	R\$	10.572,92
2	R\$	124.537,50	R\$	10.378,13
3	R\$	118.867,50	R\$	9.905,63
4	R\$	113.197,50	R\$	9.433,13
5	R\$	107.527,50	R\$	8.960,63
6	R\$	101.857,50	R\$	8.488,13
7	R\$	96.187,50	R\$	8.015,63
8	R\$	90.517,50	R\$	7.543,13
9	R\$	84.847,50	R\$	7.070,63
10	R\$	79.177,50	R\$	6.598,13
	R\$	1.043.592,50	R\$	86.966,04

Fonte: dados extraídos revendedora *New Holland* – Palotina –Pr.

Após análise dos orçamentos fornecidos pelas empresas, comprovou-se que a maioria dos entrevistados, 80% não possuem recursos financeiros para adquirir implementos agrícolas novos, recorrendo à terceirização para realizar suas atividades agrícolas.

Portanto, de modo geral, os estudos apontam que a terceirização é a alternativa quem mantém o pequeno e médio produtor no campo. E, para os que possuem maquinários é ainda uma forma de obtenção de renda extra, além da produção de grãos.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito que motivou esta investigação foi analisar o porquê da terceirização. Durante a pesquisa além do instrumento de coleta de dados utilizado, o questionário e a observação foram fundamentais para se chegar à comprovação das hipóteses que nortearam o desenvolvimento deste trabalho.

Visto a importância da observação, é válido mencionar a visão de Fachin (2003) que afirma que o pesquisador sempre deve ter em mente o que se quer observar, como o meio ambiente o comportamento etc., e essas observações devem ser registradas para futura análise.

Assim, confirmou-se a riqueza dessas informações, na qual além dos dados comprovados através das tabelas e gráficos, salienta-se ainda o fato de a pesquisadora ter observado *in loco* o ambiente institucional no qual o produtor está inserido e registrado essas informações.

Primeiramente, comprova-se que a grande maioria dos entrevistados busca a terceirização para desenvolver suas atividades agrícolas, confirmando a relevância deste trabalho. A partir desses dados buscou-se entender o movimento da terceirização.

De modo geral, essas estruturas se formam em mercados altamente competitivos em que o agrupamento de recursos é visto como uma maneira de lidar com incertezas para sobreviver. Sendo assim, parceiros nessas formas de governança cooperam, mas também competem. Eles podem cooperar em algumas atividades e competir em outras, ou ainda, mudar de um arranjo híbrido para outro, dependendo da necessidade de investimentos específicos (MÉNARD, 2004).

Apenas 5 dos produtores entrevistados são possuidores de rendas mensais acima de R\$ 18.000,00, renda mínima considerada para que o produtor pague a parcela mensal correspondente a compra dos implementos agrícolas informados pelas empresas *New Holland e John Deere* e mantenha as necessidades básicas de sua família.

Como não era questão de pesquisa, poder-se-ia, ainda, dividir esta renda mensal pela quantidade de pessoas na família para se ter uma média de valor por pessoa na propriedade. Como um agricultor que auferir renda de R\$ 6.000,00 conseguirá comprar maquinários novos? A saída será sim a terceirização ou ainda a compra de maquinários usados que possuam valores compatíveis com seu poder de compra, implementos esses que não atendem a totalidade das necessidades dos agricultores e ainda carecem de maiores gastos com manutenção devido a sua depreciação.

Além dos maquinários informados, há a necessidade de pelo menos 1 caminhão para levar a produção até a cooperativa ou silo de armazenagem, esse valor não foi considerado no cálculo, pois a maioria informou que não irá comprar de nenhuma forma, assim é certa a terceirização.

Outro indicativo para necessidade da terceirização são os anos de posse da terra e os anos dos maquinários que foram herdados com ela. O ciclo de uso desses maquinários encontrados na pesquisa se encerra na próxima geração, ou seja, a quarta.

Verificou-se que a primeira geração não possuía maquinários, a segunda geração comprou os implementos, a terceira geração, essa que foi entrevistada, na sua maioria, herdou os implementos, que hoje ainda trabalham, mas já com dificuldades, pois a funcionalidade dos implementos não é mais a mesma do que na época de sua compra.

A quarta geração precisará, certamente, renovar a frota para continuar o cultivo dessas culturas ou ainda terceirizar pelo menos a maior parte de sua produção para manter-se no campo. Nessa análise, comprovou-se que apesar de a metade dos filhos terem interesse pela terra, o que vai realmente mantê-los no campo é o valor da renda.

Outra justificativa apresentada sobre o porquê da terceirização, é a dificuldade de se encontrar mão de obra especializada para operar os implementos agrícolas. Conforme demonstra a pesquisa a maioria das propriedades utiliza mão de obra do próprio proprietário com auxílio de sua família, não dispendo de serviços de terceiros seja pelo fato de insuficiência no mercado ou até mesmo renda indisponível para tal.

Visto a necessidade da terceirização pelos entrevistados, buscou-se encontrar uma melhor alternativa para beneficiar o produtor no uso desses serviços. Foi constatado através de conversa informal que os 27 agricultores entrevistados participam de algum tipo de cooperativa ou associação, onde entregam seus produtos.

Nos *sites* das cooperativas mencionadas pelos agricultores, e que não cabe a esta pesquisa divulgar, pois não é o intuito, verificou-se uma grande força para que os agricultores compareçam em feiras de maquinários de última geração. Até mesmo elas as promovem e incentivam o produtor a financiar implementos, além de serem também representantes de venda.

O que cabe salientar é que as cooperativas devem ser um ponto de apoio aos seus associados por exercerem atividades por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços a eles, sem objetivo de lucro, buscando em comum melhores resultados para cada um deles em particular (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Dentro dessa perspectiva, a alternativa sugerida para minimizar a problemática da terceirização, visto que foi comprovado que dos 27 produtores somente 7 teriam renda para a compra de maquinários e os outros 20 estão a mercê de ações coletivas para se manterem no campo, é de que as cooperativas ofereçam serviços de terceirização agrícola aos seus associados, que não possuem condições de adquirir maquinários porém produzem e contribuem para a existência dessas entidades.

Essa sugestão cabe pois o que pode ser verificado em relação as cooperativas é o incentivo na aquisição de implementos por parte de seus associados. No entanto, é importante que essas analisem a capacidade de compra de seus produtores, oferecendo soluções alternativas para os que não possuem poder aquisitivo, como a terceirização coletiva.

A terceirização coletiva é uma sugestão desta pesquisa devido ser uma opção mais vantajosa para os associados do que a participação nos lucros, fato que já ocorre, porém visto que na posse de pequena propriedade o retorno financeiro advindo dessa participação não permite grandes investimentos, como a compra de implementos agrícolas.

Outra consideração acerca da terceirização coletiva pauta-se em oferecer esse serviço a um valor acessível, para que os associados auferam uma maior renda e se mantenham no campo.

Além dos motivos já mencionados que resultam na terceirização, ressalta-se também sua ocorrência embasada na teoria de ações coletivas, clarificada por Olson (1999) como atos que não acontecem somente por incentivos econômicos, pelo contrário, muitas vezes são motivados pelo desejo de prestígio, respeito e amizade. Fato que ocorre nas comunidades pesquisadas, onde muitos produtores que prestam serviços agrícolas não dependem dessa renda e a praticam em apoio aos vizinhos de propriedade que dependem desses serviços.

Em contrapartida, apesar da ocorrência e importância da terceirização, um dos maiores problemas verificados pelos que optam por esse tipo de serviço é o fator climático. A terceirização na região em estudo, formada por 27 propriedades que totalizam 1.000 alqueires, é ofertada por um grupo de 7 produtores, que além de cultivar grãos prestam esse tipo de serviço. Assim, quando ocorre algum fator climático que desestabilize as etapas de produção, e requeira necessidade da utilização dos implementos com urgência, esse pequeno grupo de prestadores de serviços poderá não suprir a demanda de trabalho existente em tempo hábil, podendo ocasionar perdas aos produtores.

Por fim, como expõe Fachin (2003), o progresso científico é produto da atividade humana, no qual compreendendo o que a cerca passa a desenvolver novas descobertas. Isso foi o que buscou-se nesta pesquisa, descobrir o movimento de terceirização que nos cerca para

sugerir uma alternativa que beneficiasse os produtores rurais, objeto de análise dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P.F. **Nova economia institucional e a defesa da concorrência**: reintroduzindo a história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- AZEVEDO, P. F. **Nova Economia Institucional**: referencial geral e aplicações para a agricultura. Agricultura em São Paulo. São Paulo: IEA, v. 47, n.1, p. 33-52, 2000.
- BARBOSA, J.G; COUTO, P. E. Evolução das políticas agrícolas e o incentivo à iniciativa privada na agricultura brasileira. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco. **Anais. SOBER**, 2008.
- BERNO, M.L; GREGORY, V; DEITOS, N. Relações culturais dentro do contexto de modernização de Palotina. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/.../artigo_martin_luis_berno.pdf. Acesso em 15 de jan. de 2015.
- BREITENBACH; R. SILVA; A. Nova economia institucional: estado da arte nas aplicações ao rural. Artigo. **48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia**, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009.
- BRITO, C. M. **Towards an institutional theory of the dynamics of industrial network**. Journal of Business & Industrial Marketing, v.16, n.3. p.150-166, 2001.
- CAILLÉ, A. Don et Association. in : **Une seule Solution: L'association**. Revue du MAUSS, 11, 1er trim.1998, pp 75-83.
- COASE, R. H. (1937). The nature of firm. In: WILLIAMSON, O & WINTER, S. (eds), **The nature of firm: origins, evolution and development**, 1991, Oxford: Oxford University Press, 1993.
- COLEMAN, J. Norms as social capital. In: RADNITZKY, G.; BERNHOLZ, P. **Economic imperialism: the economic approach applied outside the field of economics**. New York: Paragon House. 1987.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E.; L'acteur et le système, Seuil, 1977. In: BERNOUX, P.; A quoi sert la sociologie des organisations. Sciences Humaines, Hors Série n. 20, p. 12-15, mars/avril 1998.
- DIXIT, A. Incentives and organizations in the public sector: an interpretative review. **The Journal of Human Resources**, Madison, v. 37, n. 4, p. 696-727, Autumn, 2002.
- FACHIN, ODÍLIA. Fundamentos de Metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FAGUNDES, J. Custos de transação e impactos sobre política de defesa da concorrência. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, n.2, jul/dez, 1997, p. 115,135.
- FARINA, E.; AZEVEDO, P.F; SAES, M.S.M. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FERNANDES FILHO, José Flores. **Indústria Rural no Brasil e no Nordeste: Uma contribuição para o Debate sobre o Desenvolvimento do Espaço Rural Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 4 p. 1028-1047, out-dez. 2001. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=240. Acesso em: 15 de jan de 2015.

FUTEMMA, C.; CASTRO, F.; SILVA-FORESBERG, M. C.; OSTROM, E. **The emergence and outcomes of collective action: an institutional and ecosystem approach**. *Ambiente & Sociedade*, ano 5, n.19, 2002.

FONSECA, M. D. G. D. Concorrência e progresso técnico na indústria de máquinas para agricultura: um estudo sobre trajetórias tecnológicas. 1990. 268 (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms**. *Organizations studies*, v. 2, n. 16, p.183-214, 1995.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. *American Journal of Sociology*, v.91, n.3. p.481-510, 1985.

_____. **The strength of weak ties**. *American Journal of Sociology*, v. 87, n.1. p.1360-1380, 1983.

GUTBERLET, J. Rural Development and Social Exclusion: a case study of sustainability and distributive issues in Brazil. **Australian Geographer**.v. 30, n.2, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

HORN, M. J. Political economy of public administration: institutional choice in the public sector. Cambridge: Cambridge University Press, [1995] 2002. (*Political Economy of Institutions and Decisions*).

IBGE 2013. – figura

IBGE 2014 – figura

KRUMER, RODRIGO. Juventude Rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola-SC. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Ciências Sociais (2013).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análises de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAURENTI, Antonio Carlos. **Terceirização da produção agrícola: a dissociação entre propriedade e uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Boletim técnico n. 63, jun., 2000, ISSN 01003054. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/terc_prod_agric.pdf. Acesso em: jun. 2014.

LAURENTI, A.C. **Terceirização da execução dos trabalhos diretos da agricultura**. 2008. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/terc_exec_trab.pdf. Acesso em: 2 de outubro de 2012.

LAURENTI, A. C. A **Terceirização na agricultura**: a dissociação entre a propriedade e o uso de instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola Paranaense. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia (1996). Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/terc_prod_agric.pdf> Acesso em: 2 de outubro de 2013.

LOURENZANI, A.E.B.S; SILVA, A.L. Ações coletivas envolvendo pequenos produtores: da exclusão à inclusão nos mercados. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Fortaleza. **Anais**. SOBER, 2006.

LEGNARO, A. **Terceirização**: É necessário discutir novas formas de organização e gestão da mão-de-obra. **Revista Hortifruti Brasil**, uma publicação do CEPEA USP/ESALQ. Av. Centenário, 1080 CEP: 13416-000 Piracicaba (SP). Agosto de 2008 ISSN 1981-1837. Piracicaba, ano 07, nº 71, p.6-14, ago. 2008. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/hfbrasil/edicoes/71/full.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2014.

MACEDO, Manuel Claudio Motta. Integração lavoura e pecuária: o estado da arte e inovações tecnológicas. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Vol.38, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151635982009001300015&script=sci_arttext. Acesso em: 13 de jan. de 2015

MAGGIAN, Renata Cristina; FELIPE, Fábio Isaias. Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **SOBER, 47^a Congresso**. CEPEA - ESALQ/USP, PIRACICABA - SP - BRASIL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/FabioIsaias.pdf>. Acesso em 13 de jan. de 2015.

MARCELINO, Paula. **Afinal, o que é terceirização?** em busca de ferramentas de análise e de ação política. Pegada, v. 8, n. 2, dez. 2007, p. 55. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegada82/4texto-paula.pdf>. Acesso em: out. 2013.

MELLO, M. A. de. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.50, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-1-03-2r.htm>> Acesso em: 13 de abr. de 2015.

MÉNARD, Claude. The economics of hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MENITA; P.R. Alinhamento entre estruturas de governança e atributos das transações na gestão estratégica da aquisição de farinha de trigo. Universidade Nove de Julho – Uninove. **Tese de Mestrado**. Centro de Pós Graduação Stricto Senso Programa de Mestrado em engenharia de produção. São Paulo, 2011.

MILLER, G. Managerial dilemmas: **the political economy of hierarchy**. Canada: Cambridge University Press, 1992.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- NASSAR, A.M.; ZYLBERSZTAJN, D. **Associações de interesse no agronegócio brasileiro: análise das estratégias coletivas**. Revista de Administração, v.39, n. 2, 2004.
- NETO AMATO, João. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: origens e evolução. **Rev. adm. empres.** [online]. 1985, vol.25, n.3, pp. 57-69. ISSN 0034-7590.
- NORTH, D. **Custos de transação**, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- NOVAIS, R.; ROMERO, E. A. Retorno econômico em função da terceirização dos serviços agrícolas ao nível de propriedade. **Custos e @gronegócio on line**, Recife, v.5, n.2, p.133-146, mai-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.custos.eagronegocioonline.com.br/numero2v5/retorno%20economico.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.
- NEVES, L.J. **Pesquisa qualitativa**, características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas, São Paulo, V.1 n 3, 2 sem., 1996.
- NUNES, M. F. Um modelo para construir ou revisar contratos em redes de empresas (networks). **Revista de economia e Administração**, São Paulo, v.1, n.2, p. 68-86 abr./jun. 2007.
- OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- OSTROM, Elinor. **Collective Action and Local Development Processes**. **Sociologica**. Bologna, 2007.
- PAGNONCELLI, D. **Terceirização e parceirização**: Estratégias para o sucesso empresarial. Rio de Janeiro: D. Pagnoncelli, 1993
- PARAMIO, L. **Decisión racional y acción colectiva**. *Leviatán*, v.79. p.65-83, 2000.
- RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. **Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales**. Fundo Mink'a de Chorlavi. 2003. Disponível em: <http://www.fondominkachorlavi.org/ac/> . Acesso em: 12 maio 2015.
- REZENDE, G. C. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ IPEA, 2003. 246p.
- SANTOS, S.R. A nova economia institucional. Seminário Temático Centralidade e Fronteiras das Empresas no Século XXI, 1., nov. 2007, São Carlos. Anais Eletrônicos. São Carlos, 2007. Disponível em: <http://d.yimg.com/kq/groups/16643321/270946459/name/A+nova+economia+institucional.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.
- SEPULCRI, O.; PAULA, N. M. O Estado e seus impactos na Emater-Pr. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.114, p.87-110, jan./jun. 2008. Disponível em: www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_114_odilio.pdf. Acesso em 14 de março de 2015.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 236 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>> Acesso em 08 de abr. de 2015.

STADUTO, J.A.R; ALVES, J.M. Análise da estrutura de governança: o caso da cédula do produtor. **II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas agroalimentares**. PENSA/FEA/USP, Ribeirão Preto, 1999.

STADUTO, J.A.R.; SHIKIDA, P.F.A.; BACHA, C.J.C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, IEA, v.51, n. 2, p.57-70, jul-dez. 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-5.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

VIAN, C.E.F; JUNIOR, A.M.A; BARICELO, L.G; SILVA, R.P. Origens, evolução e tendências da indústria de máquinas agrícolas. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.51 no.4 Brasília Oct./Dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000400006&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

WILLIAMSON. Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism: firms, markets, relationsl contracting**. London: Collier Macmillan Publishers, 1985.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, Cornell University, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun., 1991.

_____. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

VASCONCELOS, LUIZA M. Linguagem científica. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2 ed. Revista atual. São Paulo: Loyola, 2004.295 p.

VIAN, C. E. F; JUNIOR, A. M. A. Evolução histórica da indústria de máquinas agrícolas no mundo: origens e tendências. 48^a Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande. **Anais. SOBER**, 2010.

ZYLBERSZTANJ. Decio. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. Tese de obtenção do Título de Livre Docente, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Departamento de Administração Universidade de São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado(a) entrevistado(a),

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de Dissertação, do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, cujo objetivo é analisar o nível de terceirização da Cidade de Palotina –PR.

PERFIL DO ENTREVISTADO(A):

1 - SEXO:

- MASCULINO FEMININO

2 - IDADE:

- 18 e 29 30 e 41 42 e 53 54 e 65 66 ou mais

3 - ESCOLARIDADE:

- NÃO ALFABETIZADO ALFABETIZADO
 ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
 ENSINO MÉDIO COMPLETO
 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
 ENSINO SUPERIOR COMPLETO
 ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
 STRICTO SENSU

4 - ESTADO CIVIL:

- SOLTEIRO(A) CASADO(A) OUTRO

5- A PROPRIEDADE É PRÓPRIA:

- SIM NÃO

6 - SE A PROPRIEDADE É PRÓRIA, A QUANTO TEMPO POSSUI A PROPRIEDADE?

7- QUAL O TAMANHO DA PROPRIEDADE?

8 - QUAL A AREA DE PLANTIO?

9- POSSUI PROPRIEDADES EM OUTROS LOCAIS?

10- QUAL O TAMANHO DAS PROPRIEDADES EXTERNAS

11- QUANTAS PESSOAS ATUAM TRABALHANDO NA PROPRIEDADE?

12- QUEM SÃO?

13- NESTA PROPRIEDADE SÃO PRODUZIDOS SOJA, TRIGO E MILHO?

14- QUAL A MÉDIA DE PRODUÇÃO DA ÚLTIMA SAFRA DE:

MILHO _____ TRIGO _____ SOJA _____

15 - VOCÊ POSSUI MÁQUINÁRIOS PRÓPRIOS?

SIM NÃO

16- SE SIM QUAIS SÃO?

17- VOCÊ UTILIZA MÁQUINÁRIOS DE TERCEIROS?

SIM NÃO

18- SE SIM QUAIS SÃO?

19 - DE QUEM SÃO?

20 - SE SIM EXISTE ALGUM TIPO DE CONTRATO FORMAL DESSA UTILIZAÇÃO?

21 – CONSIDERA A TERCEIRIZAÇÃO VANTAJOSA?

22 – VOCÊ TERCEIRIZA SEUS MÁQUINÁRIOS?

23 – QUAL (AIS) MAQUINÁRIO É TERCEIRIZADO?

24 - VOCÊ POSSUI OUTRO TIPO DE RENDA?

SIM NÃO

25- QUAL ATIVIDADE?

26 – VOCÊ POSSUI FILHOS HOMENS?

27 – OS FILHOS SE INTERESSAM EM MANTER A PROPRIEDADE.